



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - 31 DE MARÇO / 01 DE ABRIL DE 2014 - R\$ 3,00

50 anos da ditadura militar 1964-2014

**A revolução proletária acabará com
a ditadura de classe da burguesia**

**Construir o Partido
Operário
Revolucionário**



50 anos do golpe militar

Este número especial do jornal Massas faz um balanço do golpe de 31 de março/1º de abril de 1964 e analisa aspectos dos vinte um anos de regime militar. Dedicamos a todos combatentes que passaram pela prisão, tortura e assassinato. Sobretudo àqueles que tombaram com as armas nas mãos.

Somos duros críticos das organizações de esquerda que se afastaram do método de luta do proletariado e se lançaram à aventura da luta armada foquista. O POR publicou um folheto dedicado a assimilar as experiências da luta armada (foquista), demonstrar que seus erros têm a ver com o programa não marxista, e fortalecer o trabalho de construção do partido marxista-leninista-trotskista. Nesta edição especial, apresentamos uma síntese da crítica às desastrosas orientações castro-guevaristas e estalinistas-maoístas que predominaram na resistência à ditadura.

Rechaçamos a avaliação de que o endurecimento do regime em fins dos anos 60 e inícios de 70 se deveu à luta armada. O fundamental está em que o governo das Forças Armadas precisava manter a classe operária, os camponeses e a classe média pobre em violento controle. A própria burguesia devia continuar disciplinada acatando a política econômica. Não cabia expressar politicamente as dissensões entre as frações capitalistas.

Em abril de 1964, a burguesia recorreu às Forças Armadas para acabar com um governo constitucional, que expressava a via nacionalista de desenvolvimento do capitalismo atrasado, que se mostrou incapaz de canalizar os explorados e que permitiu a formação de uma situação objetivamente pré-revolucionária. Situação extremamente favorável para o proletariado e para os camponeses que despertavam do longo pesadelo da opressão latifundiária, mas que contraditoriamente não tinham um partido marxista para estabelecer a aliança operária e camponesa e concentrar suas forças para arrancar o poder da burguesia.

A situação pré-revolucionária consistia em que ou o proletariado apoiado na maioria oprimida tomava o poder das mãos do governo de João Goulart, implantando um governo operário e camponês; ou a fração burguesa e militar pró-oligárquica e pró-imperialista o faria por meio de um golpe, que seria sangrento caso houvesse resistência popular e militar. A via revolucionária estava impossibilitada pela ausência do partido marxista. A via contrarrevolucionária teve seu caminho livre para se impor. Está aí por que o golpe deve ser caracterizado como contrarrevolucionário.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) não poderia ter servido de instrumento da via revolucionária? Os fatos

mostraram que não. Estava completamente mergulhado na esperança de que João Goulart e a fração nacionalista das Forças Armadas eram capazes de levar adiante as “reformas de base” e rechaçar a oposição reacionária que não tinha bases populares. O PCB serviu, na verdade, de instrumento para inflar as ilusões dos explorados no governo burguês nacionalista, tibio, indeciso e covarde. Não há possibilidade de outro balanço da política seguidista dos estalinistas reformados por vãs autocríticas e abraçados à “via pacífica da revolução” ditada pelo PC moscovita.

Em plena situação pré-revolucionária, aberta desde a renúncia de Jânio Quadros, os estalinistas (renegados do comunismo) se limitaram ao uso do CGT, sindicato, PUA e ULTAB para movimentos de reivindicações corporativas e para o movimento de apoio à posse de João Goulart. A classe operária não tinha no PCB uma direção que lutasse por derrotar a ofensiva da reação levantando o programa da revolução proletária. O lugar dos estalinistas diante do golpe foi de quem abismado assistia à fuga do Presidente e à deposição das armas pelos oficiais que garantiam o governo, sendo nacionalistas ou legalistas.

Não se pode deixar de acentuar a responsabilidade do estalinismo. A sua adaptação ao nacionalismo burguês vem de longa data. Desde o momento em que seus congressos definiram o programa da revolução por etapas (a democrática e depois a socialista), caracterizaram que a burguesia industrial era progressista, que o nacionalismo é estrategicamente anti-imperialista e que o proletaria-

do deve apoiar governos burgueses progressistas, o PCB renunciou à luta por constituir o proletariado em classe revolucionária independente. Negou-se a ser instrumento da aliança operária e camponesa. Aboliu a estratégia da ditadura do proletariado. E, apesar do nome, das tradições revolucionárias da revolução russa, que ostenta, renegou de fato o comunismo.

O Partido Comunista foi a matriz de onde saíram várias das organizações que se embrenharam na luta armada foquista. Acreditavam que a alternativa seria encontrada no castro-guevarismo e no maoísmo. Não chegaram a compreender e não queriam compreender – porque teriam de aceitar diante dos acontecimentos da União Soviética e da luta de classes mundial – que o castro-guevarismo e o maoísmo não passavam de variantes do socialismo nacional estalinista. Se o PCB foi responsável por não ter organizado o proletariado para enfrentar a situação pré-revolucionária, as organizações que se lançaram à luta armada à margem do proletariado foram responsáveis por desviar a vanguarda



Castelo Branco no poder: início da ditadura militar

da tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskyista.

A maior parte dos grupos foquistas foi dizimada pela violência contrarrevolucionária da ditadura. O arquiestalinista PCdoB tudo faz para apagar de sua vida pregressa a “guerrilha do Araguaia”, que não foi além de um foco rural. Hoje, apodrece na política burguesa. Parte dos esquerdistas que saíram vivos do embate e que tiveram suas organizações destroçadas se enfiou no PT e se corrompeu. Não foram capazes de fazer um balanço crítico e autocrítico de seu desespero pequeno-burguês e de seus desvios do programa da revolução socialista.

Certamente, nestes 50 anos do golpe, temos a oportunidade de fazer uma severa avaliação dos erros das esquerdas. Evidentemente, com o objetivo de construir o partido revolucionário.

Este número do jornal Massas também traz algumas teses marxistas sobre o nacionalismo que as experiências do governo de João Goulart comprovaram. O que o definiu como tal? Do ponto de vista geral, assumiu como objetivo do Estado resolver tarefas democráticas pendentes, típicas do capitalismo atrasado, que historicamente passou da condição de colônia para a de semicolônia. As principais são: solução dos profundos desequilíbrios regionais (unidade nacional), acesso dos camponeses à terra (reforma agrária), defesa da indústria nacional (industrialização) e soberania do país (o Estado com poder de decisão a despeito do imperialismo).

O nacionalismo de Vargas e de João Goulart não chegou a assumir tais tarefas de conjunto. Nem poderia. As forças nacionalistas não podem desencadear uma revolução democrática, que em seus fundamentos tem de ser anti-imperialista (não anticapitalista, uma vez que é dirigida por uma fração da burguesia). Admitir a possibilidade de uma revolução democrática tendo a burguesia como força dirigente é falsificar o desenvolvimento histórico e submeter o proletariado. Mas o governo nacionalista toma em suas mãos limitadamente parte das tarefas pendentes.

Nem Getúlio Vargas, nem João Goulart chegaram ao poder por meio de uma revolução popular. O primeiro se serviu de um golpe de Estado; o segundo de eleições e de um acidente de percurso (renúncia de Jânio). Nenhum deles se baseou nas massas camponesas, operárias e pequeno-burguesas urbanas. Getúlio teve de dar um golpe em 1937 e instituir uma ditadura civil (“Estado Novo”). Suas medidas nacionalistas e trabalhistas serviram à nascente burguesia industrial. Não rompeu com o imperialismo, embora contrariasse interesses ora de uma potência ora de outra. Não permitiu que a classe operária desenvolvesse suas lutas, estatizando os sindicatos. João Goulart não teve como instituir uma ditadura civil, mostrou-se débil e incapaz de aplicar seu programa de “reformas de base”. Não rompeu com o imperialismo, que alimentou a oposição golpista e a auxiliou a derrubar o governo constitucional.

Goulart procurou cercear a liberdade do capital imperialista (lei da remessa de lucro, nacionalizações, etc.). Deparou-se com a resistência da oligarquia e fraquejou no objetivo de modificar a Constituição de forma que pudesse



Castelo Branco: ditadura militar imposta sob pressão dos EUA

comprar terras dos latifundiários e assentar camponeses. O que os acontecimentos mostram? O nacionalismo burguês não pode assumir plenamente as tarefas democráticas. Não pode romper com o imperialismo, por isso não é estrategicamente anti-imperialista (estalinistas e reformistas inventaram o anti-imperialismo do nacionalismo). Não pode levar até o fim as reformas que se propõe a realizar. Não pode ser democrático-burguês (o exemplo de Goulart mostra que não governa). Não admite a luta independente da classe operária. Mas qualquer que seja o governo nacionalista toma medidas de proteção da burguesia nacional e do país que se chocam com os interesses do imperialismo (nacionalizações, controle de fontes de matéria-prima, etc.).

As medidas nacionais devem ser defendidas; e rechaçados os ataques do imperialismo. Mas não se deve apoiar estrategicamente o governo nacionalista, uma vez que é burguês, reprime a classe operária, defende a grande propriedade dos meios de produção e exerce a ditadura de classe da burguesia. Nesse sentido, observamos que somente uma frente única anti-imperialista dirigida pelo proletariado poderia quebrar a ofensiva dos Estados Unidos e avançar o processo revolucionário. É necessário que nestes 50 anos do golpe essas teses e premissas sejam profundamente discutidas.

Há ainda um problema de caracterização do regime militar e de seus governos que precisa ser assinalado. O golpe foi pró-oligárquico e pró-imperialista. Golpeou o movimento camponês que ganhava força social e política. As ligas camponesas foram desbaratadas. A reforma agrária somente poderia ser uma conquista da luta de classes. Isso os camponeses começavam a compreender pela experiência. Golpeou as forças do nacionalismo que não aceitavam se sujeitar à estratégia da “guerra fria”, especialmente à ofensiva norte-americana contra a revolução cubana, e interrompeu as medidas de disciplinamento do saque das multinacionais e de nacionalizações.

A ditadura iniciou seu governo descarregando a crise capitalista sobre os assalariados e camponeses. Logo se manifestaram as contradições da economia atrasada. O governo nacionalista impotente foi removido pelo golpe cirúrgico. Mas as forças antinacionais e antipopulares da burguesia não tinham como abolir as bases materiais – já citadas aci-



O exército para a repressão social

ma - sobre as quais se erigiu o nacionalismo. Assim, não tardou para que se manifestassem no seio do regime militar.

Uma de suas frações estabeleceu um plano de desenvolvimento acionado por um amplo intervencionismo estatal. O governo do general Garrastazu Médici delineou o estatismo, embora incentivasse a penetração das multinacionais em ramos da produção os quais o Estado não poderia assumir, nem tampouco a burguesia nacional. No mandato do general Ernesto Geisel, o nacionalismo militar se delineou com maior clareza. A ruptura do acordo militar Brasil-Estados Unidos expôs o importante conflito em torno da energia nuclear – estratégica para o imperialismo. Mas a dissintonia do governo Geisel com os Estados Unidos era mais ampla. Isso em razão do avanço do estatismo.

A centralização do processo econômico nas mãos do Estado em um país semicolonial é típica do nacionalismo burguês. É a forma governamental de enfrentar a tremenda fraqueza da burguesia nacional e o tremendo poderio da burguesia imperialista. Não por acaso é que Geisel foi combatido pelo excesso de intervencionismo na economia e de estatismo. Respondeu à acusação de um dos ministros da ditadura, Roberto Campos, explicando que suas medidas estatistas respondiam a uma situação objetiva, portanto forçada. Geisel não tinha posição nacionalista, mas se via obrigado a se comportar como tal utilizando a capacidade do Estado de substituir a burguesia nacional nas atividades, tarefas e ramos estratégicos que esta não podia assumir, que não era do interesse das potências ou que era apenas de interesse nacional (energia, fontes de matérias-primas, etc.).

Um dos poderosos conspiradores e que serviu integralmente ao golpe foi a família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de São Paulo*. Tornou-se, porém, ferrenha opositora da ditadura desde o momento em que concluiu que os militares caminhavam para uma política que contrariava os preceitos liberais pró-imperialistas. Um dos artigos irá demonstrar como se desenvolveu essa orientação que não estava prevista na hoste dos golpistas.

Em documentos do nosso partido afirmamos que o golpe de 1964 havia encerrado o ciclo nacionalista. Estudando

do melhor, vimos que é uma imprecisão que pode levar a um erro de análise histórica. O ciclo varguista se esgotou com João Goulart. Mas o ciclo nacionalista não poderia simplesmente ser eliminado por um golpe. Os governos militares não poderiam deixar de expressar as bases materiais e históricas que deram origem ao nacionalismo. Não há nenhuma incompatibilidade entre ditadura militar e nacionalismo burguês. As experiências em outros países latino-americanos comprovam essa afirmação. As ditaduras voltadas inteiramente para o imperialismo assumem a forma particular de fascismo. Seja qual for a forma do regime político no país semicolonial, não se pode perder de vista que expressa o antagonismo entre a burguesia nacional e o proletariado, entre a burguesia imperialista e o proletariado. A burguesia nacional é débil diante do proletariado revolucionário, está obrigada a se apoiar na fortaleza do imperialismo.

O nacionalismo militar deixou o Brasil penhorado diante do capital financeiro internacional. Os governos democráticos decidiram pagar parte da monumental dívida externa desfazendo o processo de estatização econômica. A democratização significou para os poderosos grupos empresariais brasileiros – muitos deles se valeram do estatismo da ditadura para se construir – e para os partidos da ordem o fim do nacionalismo, da intervenção do Estado e do protecionismo. Impera a política pró-imperialista sob a democracia burguesa.

Provavelmente, alguns burgueses e a grande imprensa lembrarão, nestes 50 anos, o golpe de 1964 com reparos e condenarão o prolongamento do regime militar. A crítica se volta contra o desvio de rota da política econômica que ensejou o estatismo e o distanciamento das diretrizes dadas pelos Estados Unidos. Dirão que após Castelo Branco, feita a limpeza dos nacionalistas e esquerdistas, o País deveria ter voltado à normalidade democrática. E que a ditadura em seu prolongamento eliminou a liberdade política e de imprensa. Mas no fundo estarão condenando o nacional-estatismo de Garrastazu Médici e de Ernesto Geisel. Ao contrário, os marxistas afirmam que o estatismo dos países semicoloniais cumpre um papel de defesa da nação oprimida contra as nações opressoras. Não por acaso fomos obrigados e ainda somos a nos contrapor aos planos pró-imperialistas de desestatização dos governos democrático burgueses.

Os marxistas fazem o melhor possível para aplicar o materialismo histórico. O fundamental é revelar as leis da história, de maneira a construir o partido revolucionário. É sem dúvida importante distinguir as posições nacionalistas das posições pró-imperialistas.

A ditadura é um governo da burguesia, assim como o é o democrático. Os crimes cometidos pelos militares e policiais contra a militância que se levantou contra o regime dos generais jamais serão esquecidos. A classe operária fará os acertos de contas por meio da luta de classes. Está claro que a democracia não irá punir os responsáveis. A Comissão da Verdade montou uma farsa. Nestes 50 anos do golpe militar, saudamos os bravos que tombaram e levantamos a bandeira da revolução e ditadura proletárias.

Balanço do golpe militar de 1964

Nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, uma fração das Forças Armadas desfechou o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart. O presidente deposto não esboçou qualquer resistência. Refugiou-se no Rio-Grande do Sul – seu estado de origem e onde fez sua riqueza como fazendeiro.

Sem dúvida, capitulou diante das forças da reação articulada pelo general Olímpio Mourão Filho. De fato, abandonou o posto. Negou-se a autorizar seus partidários das Forças Armadas a enfrentar os golpistas, a convocar a população a ganhar as ruas e a instruir seus partidários a cavar trincheiras armadas desde as suas bases sociais de apoio. O presidente enxotado avaliou que não devia se responsabilizar por uma guerra civil.

O golpe tão somente mostrou que o governo nacionalista de João Goulart era um cadáver insepulto. A reação pró-latifundiária e pró-imperialista encarnada pela oficialidade golpista, assim, não teve de disparar suas armas contra a fração legalista e a nacionalista das Forças Armadas. As pequenas manifestações esboçadas entre os camponeses, operários e estudantes foram facilmente esmagadas ou debeladas. Os generais golpistas logo viram que não precisariam de um banho de sangue para derrotar os nacionalistas e as tais das “forças populares” tão cantadas pelos estalinistas.

Desfeita a possibilidade de divisão nas Forças Armadas, a derrocada de João Goulart estava garantida. Os partidos que sustentavam o governo se mostraram incapazes de expressar as reais “forças populares”.

O PSD serviu à conspiração dos generais, governadores, federações de empresários, associações de latifundiários, Igreja e embaixada norte-americana. O PCB sequer admitiu a possibilidade do golpe, apesar de estar à vista de todos e não preparou nenhuma resistência a partir dos sindicatos sob seu controle, do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), do PUA (Pacto de Unidade e Ação), da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e da UNE (União Nacional dos Estudantes). O PTB confiou no “dispositivo militar” montado pelo Chefe da Casa Militar da Presidência, general Argemiro Assis Brasil.

Com o avanço da crise política e com a evidência de que já não havia condições de João Goulart governar, importante fração da oficialidade que estava à margem da conspiração golpista ou que se enfileirava por trás do nacionalismo ou bandeou ou se neutralizou perante a reação. A inépcia do “dispositivo militar” era tão flagrante que Jango não teve como desconfiar do arqui-golpista Olímpio Mourão Filho, que se fez passar como possível aliado. O general Humberto Castelo Branco pôde se esconder com a máscara de legalista e galgar tranquilamente o posto de chefe do Estado Maior do Exército, de onde favorecia a conspiração dos generais, empresários e católicos vinculados à oligarquia e ao imperialismo. Mourão filho chegou a contar com a proximidade de partidários de Jango no III Exército (RG) para disfarçar seu trabalho de sabotagem ao governo. O general agiu como um agente que se acobertou da confiança dos adversários. O fundamental está em que os partidários de Jango nas Forças Armadas, que controlavam o grosso do exército, foram cedendo às pressões da crise política, do agravamento da luta de classes e da ofensiva da fração pró-imperialista e pró-latifundiária.

A organização e a movimentação das forças reacionárias, partindo da IV Região Militar de Juiz de Fora (MG) não poderiam atingir o objetivo de deposição do Presidente sem contar com a paralisia e a

colaboração dos generais que faziam parte do dispositivo militar de Assis Brasil. Os acontecimentos mostram que a fração ativa golpista não tinha abrangência, nem poderosa capacidade para levantar algum dos mais poderosos exércitos. O de maior capacidade bélica era o I Exército, sediado no Rio de Janeiro, cuja lealdade a Jango foi se desfazendo. Não obstante, o presidente contava com a possibilidade de reação, considerando que parte dos exércitos podia responder à sua voz de comando e na base das tropas havia um movimento democrático entre sargentos e marinheiros do Rio de Janeiro.

A sedição estruturada a partir do estado de Minas Gerais, circundada pelos estados de São Paulo e Guanabara, finalmente reuniu condições políticas para decidir o momento de desfechar o golpe que foi se preparando desde a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de impedimento da posse do seu vice João Goulart. Os historiadores relatam alguns dos episódios que permitiram à fração golpista fortalecer suas fileiras e ampliá-las para a oficialidade não envolvida na conspiração, como foi caso das manifestações de sargentos e marinheiros e de irados ataques verbais de Leonel Brizola a generais direitistas. Acontecimentos esses que pesaram decisivamente no prato da balança dos golpistas. Mas não se pode perder de vista que tais episódios foram consequências advindas da impotência do governo nascido em meio a uma brutal crise econômica e política que culminou com a renúncia de Jânio Quadros, candidato eleito pela UDN (União Democrática Nacional), cuja história está marcada pelo conspiracionismo burguês.

Entendemos que o balanço do golpe deve começar pela decisão de João Goulart em não resistir ao ataque final da reação, pela convivência da fração militar que sustentava o governo e pela incapacidade política dos partidos governistas e nacionalistas em levantar as massas contra os conspiradores. A atitude derrotista de Jango e a inépcia das chamadas forças populares estão intimamente vinculadas. Cabia ao governo burguês de conteúdo nacionalista realizar reformas típicas de um país de capitalismo atrasado e semicolonial e enfrentar a oposição do imperialismo, no caso particularmente dos Estados Unidos. E cabia às “forças populares” apoiar o governo burguês nacionalista e pressioná-lo para ir além de sua vontade.

O PCB foi o que melhor expressou essa política de colaboração de classes em nome de medidas progressistas. Sobre a política do estalinismo reformado, o historiador Leôncio Basbaun, que foi do PCB, a responsabiliza por não ter observado o golpe chegando e por ter feito exigências a João Goulart quando deveria o estar apoiando incondicionalmente. Entende que os brizolistas, comunistas e socialistas deveriam ter sustentado a política do presidente nacionalista sem lhe fazer qualquer oposição. Considera que a divisão nas “forças populares” contribuiu para o fortalecimento da direita.

O balanço de que Jango caiu porque foi isolado pela fração militar que o servia e pelas forças populares que apoiava não explica o fundamental: *a impotência do nacionalismo burguês em enfrentar a oligarquia latifundiária, a fração da burguesia nacional ligada ao capital externo e ao imperialismo.*

Os generais que se opuseram à posse de João Goulart – parte deles vinculada a políticos da UDN – tiveram o tempo todo as mãos livres para armar a conspiração. A cisão nas Forças Armadas correspondia a divisões interburguesas, que não surgiram em 1961. Manifestaram especialmente desde o golpe liberal de 1930, que deu

o poder para Getúlio e em seguida na guerra civil de 1932. Em 1937, Getúlio permanece no poder por meio de um golpe. Em 1945, é derrubado também por um golpe. Volta à presidência em 1951 por meio das eleições. Mas em 1954 se vê diante de um golpe e se suicida.

Juscelino Kubitschek, do PSD, vence o candidato da UDN (sempre derrotada e envolvida em golpes). Seu vice, João Goulart, era o nacionalista e getulista. Armou-se uma reação da fração militar ligada à UDN contrária à posse do novo governo. No início de 1956, na Aeronáutica, houve uma tentativa de rebelião. A política de Kubitschek de incentivo à penetração das multinacionais e de aproximação com os Estados Unidos não deram motivos para a reação progredir em seus objetivos golpistas. Em contrapartida, Juscelino procurou manter ao seu lado a fração nacionalista das Forças Armadas, com o plano nacional desenvolvimentista. Encontrou-se um ponto de equilíbrio provisório, que se desfará com a abrupta renúncia do aventureiro Jânio Quadros e com a sucessão que cabia constitucionalmente ao vice João Goulart.

Observa-se que a divisão interburguesa em torno do nacionalismo, desenvolvida a partir da “Revolução de 30”, percorrerá por mais de três décadas. Excetuando o governo do general Gaspar Dutra (1945-1950), apoiado inicialmente pelos getulistas e estalinistas, prevaleceram as tendências nacionalistas. Inevitavelmente, as Forças Armadas passaram a refletir as posições do nacionalismo e do antinacionalismo pró-imperialista.

A UDN foi criada na década de 40, juntamente com o PSD e PTB, no processo de formação de partidos nacionais e de superação dos partidos estaduais. Em grandes traços, as fileiras da UDN foram controladas pelo capital financeiro e setores da burguesia agrária. Seu programa liberal se opunha ao estatismo nacionalista e advogava a integração do Brasil na órbita dos Estados Unidos. O PSD e o PTB foram criaturas do governo Vargas. O primeiro reunia as oligarquias locais, com seus interesses particulares. O segundo se voltava a controlar a classe operária e disciplinar os sindicatos. O PTB, por sua ligação com o sindicalismo e com setores da pequena-burguesia serviu de instrumento para a política do nacionalismo burguês de Vargas.

João Goulart representava a ala mais conservadora do PTB. Leonel Brizola que governou o Rio Grande do Sul, a ala mais radical. A posse de Goulart somente foi possível porque Brizola convenceu o III Exército a barrar o movimento dos golpistas. Os ministros militares de Jânio (marechal Odílio Denis, almirante Silvío Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss) constituíram o núcleo inicial da conspiração que levou ao golpe de 31 de março.

Para evitar o confronto, os golpistas e legalistas chegaram a uma solução: implantaram por cima do país uma caricatura de parlamentarismo. O objetivo era entregar o governo a um primeiro-ministro que seria indicado pelo Congresso Nacional controlado pela UDN e por representantes de chefes oligárquicos que povoavam o PSD. João Goulart foi obrigado a engolir o senador Auro Moura Andrade, um latifundiário paulista. Enquanto isso, os conspiradores avançavam em sua organização.

O movimento para antecipar o plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou volta ao presidencialismo representou um contragolpe. Goulart saiu vitorioso. Recuperou os poderes presidenciais. Mas continuava impedido pelo Congresso oposicionista. De fato, não tinha como governar. Os conspiradores intensificaram sua ação de bastidores e as públicas por meio de posicionamentos de civis e militares. Carlos Lacerda - governador da Guanabara e

jornalista - serviu de instrumento para a ofensiva ideológica da reação antinacionalista.

As tais das “forças populares” entenderam que o apoio esmagador da população ao presidencialismo foi uma vitória que poderia ser assegurada para o restante do mandato de Jango. Estariam dadas as condições políticas para o presidente implantar as “reformas de base”. Entre elas, a reforma agrária. As pressões dos camponeses, da classe operária e camadas da classe média urbana assim, por um lado, permitiria ao governo agir como um “poder popular” e, de outro, rechaçaria a oposição da oligarquia latifundiária e pró-imperialista.

Ocorre que Jango não podia dar um passo sem o consentimento do Congresso Nacional. A sua “reforma agrária” dependia de uma mudança na Constituição de 1946. O Tesouro Nacional não podia desapropriar terras e indenizar em dinheiro e a vista os seus proprietários. Esse foi um dispositivo constitucional ditado, no governo do general Dutra, pela oligarquia latifundiária. Para derrubá-lo, João Goulart teria de vencer essa mesma oligarquia. O governo anunciou sua pretensão de manter a indenização, mas que seria paga mediante títulos da dívida pública a ser paga em um determinado tempo. Teve de recuar diante da oposição. Bastou o fracasso da mais importante “reforma de base” para que o governo nacionalista mostrasse sua impotência. Como governo burguês, estava amarrado às relações capitalistas de produção e ao respeito à grande propriedade. A “reforma agrária” realizada por meio de compra de terras é justamente a via apresentada pelo reformismo para impossibilitar a revolução agrária. As “forças populares” estavam submetidas a essa política. Assim, fracassaram juntamente com João Goulart e foram derrotados pela oligarquia.

A prostração do “poder popular” demonstrou que o governo nacionalista não oferecia de fato nenhum risco aos latifundiários e que não haveria nenhuma mudança estrutural nas relações de propriedade agrária, como apregoavam os estalinistas e reformistas de diferentes linhagens. Os conspiradores não precisavam temer quanto a esse tipo de perigo.

O fundamental está em que as divergências interburguesas – no caso, entre as posições do nacional-reformismo e as do conservadorismo antirreformas e pró-imperialista estão condicionadas pelo desenvolvimento da luta de classes. Os antagonismos e conflitos de classes internos ao país fazem parte da luta de classes mundial. Essa premissa deve ser bem analisada. Via de regra, os historiadores reconhecem a intervenção dos Estados Unidos na crise política que concluiu com o golpe de 64. Não tem relevância aqui se foi mais ou menos direta. De acordo com os fatos, a intervenção do imperialismo para potenciar a conspiração foi significativa.

João Goulart recebeu a economia em profunda crise. Juscelino Kubitschek praticou uma política econômica inflacionária. Não encontrou outra via para o seu plano desenvolvimentista. A alta inflacionária é um sintoma de desarranjos e desequilíbrios dos fatores econômicos que regem o funcionamento do capitalismo. O “plano trienal” concebido pelo economista-nacionalista Celso Furtado foi incapaz de corrigir o curso da crise econômica.

Uma das poderosas travas ao governo era a dívida externa. No início de 1962, o presidente viajou para os Estados Unidos em busca de uma solução para a impossibilidade do Brasil arcar com os compromissos. Depositava a esperança de que John Kennedy aceitaria uma reestruturação da dívida. A resposta do chefe mundial do imperialismo ao humilde nacionalista foi direta. Daremos

folga ao Brasil desde que se admitissem duas condições. A econômica: pôr fim a qualquer obstáculo aos negócios das empresas norte-americanas (remessa de lucro, etc.) A política: rompimento das relações com Cuba, Leste Europeu e União Soviética. O gesto de João Goulart indicou que estava disposto a manter a subserviência e que seu governo não oferecia risco ao capitalismo. Não pretendia afetar a dependência do Brasil representada pelo endividamento externo. Evidentemente, João Goulart não poderia trazer para o Brasil um acordo dessa natureza.

Kennedy não questionou a pretensa reforma agrária. Estava de acordo com a via da compra de terras e assentamentos agrários. Esse é um dos ideários da “Aliança para o Progresso”, lançado para dissolver a luta de classes no campo e combater a influência do castro-guevarismo na América Latina. Desde que se preservassem as relações capitalistas de produção, os conflitos sobre a indenização eram um problema da burguesia brasileira. O que o imperialismo não admitia era que se colocassem obstáculos a sua penetração no País e que o governo não se alinhasse à “guerra fria” que ganhava proporção internacional. Os Estados Unidos tinham urgência em esmagar a Revolução Cubana. Qualquer concessão democrática do Brasil ao regime de Castro seria considerada uma posição pró-comunismo.

Mas em março de 1963 o novo ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, recorreu aos Estados Unidos. O Brasil não tinha reservas cambiais para saudar a dívida. O imperialismo estava diante de um fato: haveria um rompimento forçado. O governo brasileiro, por sua vez, foi com a disposição de aceitar condições ditadas pelo FMI. O governo nacionalista evitou uma crise do endividamento. Atendeu aos interesses dos credores e submeteu o País ao FMI. A crise econômica não arrefeceu. Em 1964, a inflação estava incontrollável.

Esse é o vínculo concreto dos Estados Unidos com o golpe contrarrevolucionário de 1964. Embora o estalinismo procurasse a coexistência pacífica com o imperialismo e orientasse os partidos comunistas a perseguir a via pacífica da revolução socialista (o Chile será o laboratório para a via pacífica, que terminou em um golpe fascista), diferindo das posições guevaristas de organizar guerrilhas camponesas, os Estados Unidos se lançaram a constituir no pós-guerra um cerco mundial à União Soviética. Não era compatível com o capitalismo e com o imperialismo a existência de países cuja transição para o socialismo se impusera no entre guerras. Haveria de sufocá-los economicamente e se preparar para a intervenção militar no caso de necessidade. O Brasil como maior país da América do Sul não poderia ter um governo que arvorasse independência e não seguisse *pari e passo* a estratégia mundial dos Estados Unidos e demais potências em relação ao comunismo.

A bizarra acusação de que o governo de João Goulart era comunista não merece comentário. Tornou-se importante a campanha de que se pretendia instalar uma “República Sindicalista”. Esse ataque ideológico é tão bizarro quanto o de que os comunistas estavam para tomar o poder. Mas teve o efeito de dar um conteúdo social e político mais convincente ao movimento golpista.

As mentiras, as falsificações e as calúnias lançadas pelos jornais (tendo a frente Júlio de Mesquita e Carlos Lacerda) contra o governo de Jango abundavam no jornal “O Estado de São Paulo”, “O Globo”, “Tribuna da Imprensa”, etc. Com o palavreado de “República Sindicalista”, os golpistas e setores da burguesia denunciavam que o CGT, sindicatos e ligas camponesas influenciavam a condução do governo. Por intermédio dessas organizações, o PCB iria finalmente se apossar do poder. A bandeira de uma



Costa e Silva com Delfim Neto: mudanças na política do regime

Constituinte para pôr em marcha as reformas de base foi conspurcada como se por seu intermédio o CGT pudesse modificar a natureza do governo (fechar o congresso e instalar uma ditadura). Na realidade, os estalinistas não tinham poder para nada. E não estavam empenhados na luta pelo poder. Amarraram-se às reformas de base e confiavam que sob pressão das massas Jango iria mais longe do que pretendia e a oligarquia perderia terreno.

A influência do castro-guevarismo abrangia uma parcela da militância de esquerda. Extremamente minoritária e confusa, procurou levar uma fração da Liga Camponesa para a luta armada. O seu isolamento logo se manifestou, com o PCB e a Igreja se lançando a formar sindicatos rurais. Não havia risco de um levante camponês generalizado sob o governo de Goulart. As greves operárias cresciam em resposta a uma inflação que chegou a 100% ao ano em 1964. Não romperam os limites do corporativismo. O PCB e o PTB que controlavam o CGT e maior parte dos sindicatos davam curso às greves porque não lhes era possível contê-las tamanha era a perda salarial. A burguesia queria que o governo as reprimisse e aplicasse um plano de brutal arrocho. Mas se o fizesse teria de se afastar de sua base de apoio e se jogar nos braços dos golpistas.

É claro que a campanha contra a “República Sindicalista” e contra a anarquia das greves se dirigia à classe média. Os golpistas também necessitavam reunir a burguesia em torno do objetivo de derrubar o governo constitucional por um levante armado. A bizarra bandeira de combate a uma suposta “República Sindicalista” serviu a esse propósito. Lembremos que uma das acusações dos golpistas contra o governo eleito de Getúlio Vargas era de que este havia feito um acordo secreto com Juan Perón, caudilho militar nacionalista da Argentina, para se instalar “Repúblicas Sindicalistas”. Até hoje, não há nenhuma comprovação. A direita obscurantista, oligárquica e pró-imperialista, se vale de qualquer arma contra seus adversários.

João Goulart chegou à presidência por acidente (renúncia de Jânio). Não era um caudilho. Não tinha como constituir um governo de força, que disciplinasse as frações da burguesia, que submetesse os velhos golpistas da UDN e que ao mesmo tempo se impusesse perante a classe operária e os camponeses. Procurou impor sua autoridade com uma medida de estado de sítio. Não teve força (o Congresso Nacional não aprovou o pedido). Acossado pelos golpistas, ensaiou uma ação de caudilho democrático-popular. É o que demonstrou o famoso comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964. Prometeu inúmeras medidas populares e naciona-

listas, sem que pudesse cumprir nenhuma delas.

Os golpistas, por sua vez, organizavam uma reação da classe média. Havia um espantinho que a todo instante era apresentado como um perigo mortal para os valores da família (célula econômica do capitalismo) e da democracia (forma de poder político da classe capitalista contra a maioria explorada) – que era o comunismo. A Igreja organizou a “Marcha da Família com Deus e a Liberdade” instigada pelo santo governador Adhemar de Barros. Uma multidão de mulheres tomou as ruas do centro de São Paulo exortando o golpe.

Os golpistas necessitavam de um aval social. Desta vez, não seria um golpe palaciano como foram os de 1930, 1945 e 1954. Havia a possibilidade de uma guerra civil. As Forças Armadas se encontravam politizadas. Não bastava a conspiração nos subterrâneos dos quartéis, das alcovas, dos palácios dos governos estaduais e da Igreja. Era preciso mostrar que havia uma oposição popular. Nada mais conveniente que usar a ignorância, o obscurantismo e o servilismo de uma parcela feminina, particularmente da classe média. A direita católica tomou para si a tarefa de mobilização, que não poderia ser cumprida pelos militares, pelos governos e pela UDN.

Parece-nos correta a explicação de que os conspiradores somente encontraram as condições políticas propícias quando se apresentou um divórcio entre a oficialidade e suboficialidade (incluindo as tropas). O movimento de marinheiros e de sargentos no Rio de Janeiro detonou a ofensiva do general Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes.

O historiador Hélio Silva inclui também como um importante acontecimento o discurso de Leonel Brizola em Natal, no comício do dia 5 de maio de 63, convocado pela Frente Nacionalista do Rio Grande do Norte, contra o comandante da Guarnição Militar, o general Muricy. Nele também se denunciou a ação do embaixador dos Estados Unidos Lincoln Gordon no Nordeste em campanha pelo programa imperialista da “Aliança para o Progresso”. O ataque de Brizola, segundo Silva, possibilitou que os conspiradores fizessem uma campanha em defesa unidade das Forças Armadas e da coesão de seus comandantes. O general Castelo Branco emitirá uma nota do IV Exército com o seguinte teor: “É notório, então, o esforço desse deputado para dividir o Exército, agora, em ‘brizolistas’ e ‘gorilas’, em desmoralizar seus chefes, generais e coronéis, e voltar-se para os sargentos como seus adeptos.”

Apesar da distância temporal do comício da Frente Nacionalista com a denominada “revolta dos sargentos” e o movimento dos marinheiros, nota-se a importância da questão dos sargentos. A denúncia de Castelo Branco de que havia uma tentativa de Brizola de cindir o Exército apoiando-se nos sargentos confluiu com os conflitos do Rio de Janeiro. Os golpistas promoviam uma divisão na oficialidade para arregimentá-la por detrás das forças contrarrevolucionárias. Isso com os métodos conspirativos. Mas os partidários do governo nacionalista é quem era denunciado de divisionista. Certamente, tratava-se de forças em luta.

O importante dessa dissensão entre nacionalistas e pró-imperialistas em face às Forças Armadas está em que as tropas estavam em franco processo de politização. Em 3 de setembro de 1963, os praças do Distrito Federal saíram em defesa dos mandatos parlamentares dos sargentos eleitos, cassados pelo STF. Seus líderes foram presos por insubordinação. Em fins de março de 64, os sargentos se manifestaram coletivamente por reivindicações econômicas. Os marinheiros que se reuniram no Sindicato dos Bancários da Guanabara são presos. Passam a reivindicar o direito

democrático de reunião.

Os golpistas movimentaram suas tropas contando com a bandeira de fim das insubordinações e da quebra da hierarquia, promovidas pelos agitadores brizolistas e comunistas. Os chefes militares leais ao governo haviam perdido parte de voz de comando. É o que comprova o episódio do recuo do coronel Raymundo Pereira de Souza que comandava a resistência do I Exército. Foi convencido pelo marechal Odílio Denys a dar passagem às tropas golpistas. Os militares nacionalistas ou legalistas foram minados pela demonstração de que o governo de João Goulart era um cadáver insepulto. Triunfava não apenas a reação oligárquica e pró-imperialista encarnada por um grupo de oficiais da alta patente contra o governo nacionalista como também contra a politização das Forças Armadas e os direitos democráticos que germinavam em meio à crise revolucionária.

As reformas de base de João Goulart não alterariam em nada as relações de propriedade. Não afetariam os interesses de conjunto da oligarquia latifundiária. As medidas nacionalistas de controle da remessa de lucro e algumas nacionalizações não rompiam a cadeia de opressão imperialista. No fundamental, João Goulart estava pela manutenção da estrutura latifundiária do país e pela submissão ao capital financeiro internacional. Tratava-se tão somente de exercer uma política distinta do entreguismo desbragado e do oligarquismo reacionário. A manutenção da independência do Brasil diante da exigência do alinhamento exigido pelos Estados Unidos em torno da “guerra fria”, assumida pelo governo Dutra em 46/47, nada mais era do que um posicionamento democrático. As manifestações dos sargentos e marinheiros não era novidade. Desde a eclosão da Revolta de Copacabana e do movimento tenentista da década de 20, o fenômeno da politização dos militares expressava o desenvolvimento histórico do Brasil. A tentativa do levante aventureiro de 1935 pelo PCB se inclui neste processo. A oficialidade não pode admitir que as contradições da sociedade de classes se expressem no interior das Forças Armadas. Devem comandar como uma elite vinculada à classe capitalista e ao imperialismo.

O golpe interrompeu as experiências da classe operária, dos camponeses e da classe média pobre com o nacionalismo burguês em um momento distinto do desenvolvimento capitalista e da opressão imperialista. Erradicou o processo de politização das tropas das Forças Armadas e extirpou o movimento democrático que despontava em seu seio. Os golpistas diziam que a derrubada do governo de João Goulart era necessária para preservar a democracia e a liberdade. Impuseram, no entanto, uma ditadura que durará até 1985. O regime militar será preservado às custas da eliminação das mais elementares liberdades democrático-burguesa, da feroz perseguição às esquerdas, da intervenção nos sindicatos, das torturas, assassinatos e dos expurgos nas Forças Armadas.

O essencial do balanço está em que a classe operária não contou com um partido revolucionário para ajudá-la a compreender o conteúdo burguês do nacionalismo e lutar contra sua impotência diante do grande capital. Desde Vargas o nacionalismo demonstrou que pode ser encarnado por um governo ditatorial quanto por um governo democrático (eleito). É falso caracterizá-lo como anti-imperialista em geral. As medidas nacionalistas, sem dúvida, se chocam com os interesses do imperialismo e devem ser apoiada por meio da luta de classes, anti-imperialista e anticapitalista. Somente o proletariado é a classe capaz de lutar por um programa de realizações democráticas e anti-imperialistas como parte da revolução social.

O estatismo dos governos militares

A ditadura militar no Brasil foi imposta sob as pressões do governo norte-americano, para bloquear as tendências da crise política e econômica que escaparam ao controle do governo burguês de João Goulart. Tratava-se de conter as lutas operárias que se propagavam contra a superexploração do trabalho, as lutas camponesas que se levantavam contra o latifúndio, as tendências convulsivas da crise econômica, as tendências centrífugas das frações da burguesia nacional. O golpe reacionário, contrarrevolucionário, de 1964 serviu aos interesses dos Estados Unidos ao constituir um governo autoritário/repressivo que conteve a luta de classes, disciplinou as disputas interburguesas e submeteu o país à política externa norte-americana.

Muitos apontam que o golpe militar se deu para por um fim ao chamado ciclo nacionalista, personificado então pelo governo de João Goulart. Nacionalismo que nasceu na década de 30, sob o governo de Getúlio Vargas, e expressa a necessidade de frações da burguesia nacional de controle sobre as fontes de matérias-primas e desenvolvimento nacional, atritando circunstancialmente com o imperialismo, sem jamais se colocar de conjunto contra ele. Diante da debilidade da burguesia do país semicolonial, para realizar esse nacionalismo, é preciso que o Estado intervenha na economia, acumulando recursos e empréstimos do exterior, necessário aos investimentos de grande porte.

Mas o que se constata na política econômica dos governos militares não é uma manifestação mecânica do seguidismo aos EUA na política externa, mas uma continuidade das necessidades burguesas de controle das fontes de matérias-primas e desenvolvimento nacional. O intervencionismo dos governos militares na economia estabeleceu uma continuidade das tendências nacionalistas iniciadas na década de 30 (ainda que tenham ocorrido os interregnos dos governos Dutra e Juscelino, pró-imperialistas), tendências que se prolongaram até a década de 1980, sendo superadas apenas com o governo francamente entreguista de Collor de Mello. Entreguismo que se tem mantido desde então, e se manifestado no governo FHC e nos governos do PT.

Os primeiros passos da ditadura militar

Enquanto na política externa o Brasil rompia relações com Cuba (maio de 1964) e enviava tropas à República Dominicana (junho de 1965) sob bandeira da OEA, no plano interno o governo de Castelo Branco tinha como uma de suas metas conter as tendências convulsivas da crise. Logo decidiu revogar a Lei de controle da remessa de lucros e aplicar um pacote de medidas econômico-financeiras para conter a inflação e o déficit orçamentário: compressão salarial e do crédito, corte nos gastos públicos, desvalorização cambial e redução da emissão monetária. O governo obteve um acordo junto aos EUA para pagar as empresas estatizadas pelo governo Goulart, como a mineradora Hanna e a AMFORP (energia elétrica), além de promulgar uma lei oferecendo garantias aos investimentos e propriedades externas. Ao mesmo tempo, desarticulou os movimentos sindical e popular. A resposta dos organismos do imperialismo foi a liberação de centenas de milhões de dólares,



Costa e Silva: promessas de mudanças e atritos com os EUA

antes bloqueados para o governo Goulart.

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) estabeleceu uma reforma tributária para aumentar a arrecadação. Criaram-se o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional. A ORTN e a correção monetária estimularam a poupança. A criação de superintendências regionais, como a Sudam, serviu ao propósito de iniciar um desenvolvimento regional, favorecendo as oligarquias e obtendo seu apoio político. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) serviram de meio para, ao mesmo tempo, acabar com a estabilidade no emprego e constituir recursos para financiamento de obras de construção civil, impulsionando as empreiteiras, que puderam empregá-los em obras de infra-estrutura e rodovias, além das moradias para a classe média.

O FMI caracterizou a política castelista como gradualista, ou seja, de transição da política nacionalista para uma liberal. Essa linha foi criticada pela Federação Nacional das Indústrias e pela ala dura dos comandantes militares. A indicação de Costa e Silva para a presidência expressava as pressões por mudanças na política econômica, que permitissem impulsionar a economia a partir do Estado.

Progressão do estatismo militar nos setores estratégicos e primeiros atritos com os EUA

O governo militar iniciou um processo de criação de empresas estatais nos setores estratégicos e impulsionou a indústria pesada e energia. Na política externa, começaram a aparecer sinais de atrito com os EUA. O Brasil se recusou a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e trocou o alinhamento automático com os EUA pelo chamado terceiro-mundismo, integrando o chamado Grupo dos 77 na ONU. Na América Latina, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) passou a criticar a criação de uma Força Interamericana de Paz, propondo a integração regional horizontal e a cooperação nuclear, além de apoiar a integração por meio da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana), e não da OEA, dentro de um enfoque que substituiu o chamado pan-americanismo por um pretensão latino americanismo.

Os EUA passaram a criticar Costa e Silva e reivindicar a volta ao caminho de 1964.

O tripé de Médici

A substituição de Costa e Silva levou a um fortalecimento do setor intervencionista na economia. Médici pregava o chamado tripé: as empresas estatais encarregavam-se da infra-estrutura, energia e das indústrias de bens de capital (aço, máquinas-ferramenta), as transnacionais produziam os bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e o capital privado nacional voltava-se para a produção de insumos (autopeças) e bens de consumo popular. Essa política pretendia se apoiar no crescimento do comércio mundial para impulsionar o desenvolvimento interno, sem um choque frontal com o capital estrangeiro, dividindo os setores da economia e entregando às multinacionais o filão da indústria automotiva e de eletrodomésticos. Mas preservando e ampliando o controle estatal sobre os ramos estratégicos.

O crescimento da economia mundial de 1968 a 1973 criou uma grande quantidade de capital financeiro sem aplicação na produção nos países desenvolvidos. Esse excedente de capital seria utilizado pelo governo militar, por meio de empréstimos, para impulsionar sua política intervencionista na economia. Buscou parte desses recursos no Japão e Europa Ocidental. Em 1969, tomou medidas como: a) Ato complementar nº 45, que proíbe a aquisição de propriedades rurais por estrangeiros não residentes no Brasil; b) define os projetos prioritários relativos às grandes regiões do país; c) promulga o decreto que institui a previdência social rural; d) lança de novo a reforma agrária e declara prioritárias as zonas em que existe tensão social. As indenizações são pagas em títulos especiais da dívida pública, reembolsáveis em 20 anos e sujeitos à correção monetária; e) criação da Minerobrás, sociedade de economia mista, encarregada de racionalizar a pesquisa e a extração de minérios, pela concentração dos poderes da União e por sua extensão no domínio da Marinha mercantes (Sudanam) e no da siderurgia. Em 1970, um decreto-lei institui o Programa de Integração Nacional (PIN), para a construção das rodovias Transamazônica, e Cuiabá-Santarém; a colonização da região da Transamazônica; o Plano de Irrigação do Nordeste. Em 1971, o governo apresentou o Plano Nacional de Desenvolvimento, para redução dos desníveis regionais por meio de programas específicos (PIN, PROTERRA, PROVALE); valorização do potencial humano, através do combate ao analfabetismo (MOBRAL); desenvolvimento econômico para acelerar a produção agrícola, mineral e industrial. Assim, a ditadura favorecia o capital financeiro e as multinacionais montadoras, enquanto expandia seu intervencionismo nos setores estratégicos. Conciliava um intervencionismo estatizante com o favorecimento ao capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo em que recuava no discurso multilateralista do Costa e Silva, submetendo-se ao bilateralismo imposto por Washington e cumprindo o papel que Washington esperava, ao fornecer apoio aos golpes de Estado no Chile, Uruguai e Bolívia, tomava medidas de atrito com os EUA, como a imposição da extensão territorial do país de 12 para 200 milhas no mar.

O aumento gradativo do petróleo a partir de 1971 obrigava o governo a estreitar o comércio com os países árabes. A explo-

são dos preços a partir de 1973 alterou os planos dos governos militares.

A crise atinge o Brasil e Geisel responde

A política econômica do tripé esbarrou na crise do petróleo de 1973. Para favorecer as montadoras multinacionais e empreiteiras, os governos militares impulsionaram amplamente a construção de estradas, deixando de lado as ferrovias e hidrovias. Essa linha levou ao aumento da dependência do petróleo, dependia de uma entrada de capitais excedentes do exterior e importava tecnologia. O resultado da crise do petróleo foi o brutal salto no gasto com o combustível, aumentando o endividamento, o corte de investimentos externos e redução das exportações. A resposta veio com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Geisel aumentou a centralização das decisões do governo, a fim de impor uma política que respondesse à crise. Criou a Seplan e o CDE, subordinados diretamente ao presidente da república, e reunindo as atribuições dos ministérios da área econômica, reduzindo as atribuições do CMN e assim do empresariado nas decisões. O governo impulsionou a busca de novas fontes de energia, com um programa que incluía: construção de hidrelétricas, usinas nucleares (aqui entrou em choque direto com os EUA), aumento da exploração do petróleo internamente, e produção de álcool; reforço da capacidade de financiamento produtivo do BNDES, repassando-lhe os recursos do PIS/Pasep. Reforçou-se a busca de tecnologia nacional, em especial nas áreas de petroquímica e de informática. Siderurgia, fertilizantes, celulose, petroquímica, telecomunicações e até carne, soja e algodão tiveram ampla interferência estatal na produção. Das 200 maiores empresas brasileiras, 72 eram controladas pelo setor público, das quais 60 eram controladas pelo setor privado em outros países. Em termos de capital, as estatais representavam ainda 66,15% do valor dessas 200 maiores empresas. Havia controle de preços e tarifas que, de um lado, ultrapassava a propriedade estatal e, de outro, criava motivos para a estatização. O Estado passou a ser o maior agente produtivo e, a partir dele, a economia nacional reagiu: aumentou a exportação em 50%, criou 5 milhões de empregos e manteve crescimento do PIB entre 5% e 10%.

Setores da burguesia e sua imprensa criticaram a trajetória anti-liberal dos militares (FIESP, Lafer, Macksoud, Marcílio Marques, Langoni, Bulhões, Estadão, Visão, Folha, Jornal do Brasil). Mas os resultados obtidos nos dois anos seguintes, que elevaram o PIB a taxas de 10% anuais, arrefeceram momentaneamente as críticas.

Os choques com os EUA aconteceram: ruptura do Acordo Militar Brasil-EUA, vigente desde 1952; aquisição de usinas nucleares junto à Alemanha; aproximação com países árabes (embaixada da OLP no Brasil e voto anti-sionista na ONU, exploração de petróleo pela Braspetro, contrariando os interesses das multinacionais), e venda de armas e projetos conjuntos para fabricação de mísseis para eles; estabelecimento de relações diplomático-comerciais com a China, incluindo um programa de construção de foguetes e satélites; reconhecimento do governo nacionalista do MPLA em Angola.

Figueiredo, abertura política, crise econômica

O segundo choque de preços do petróleo (1979) vai apro-

fundar as dificuldades externas ao Brasil. A ascensão de Reagan nos EUA marcou uma ofensiva sobre as dívidas dos países atrasados, por meio da alta de juros. Bloqueou-se a possibilidade de investimento pela via do financiamento externo. A pressão sobre as dívidas criou as bases para a ofensiva neoliberal, que depois exigiria a entrega dos ativos (estatais) para as mãos do capital financeiro internacional.

Nas relações externas, o Brasil vai sofrer com o maior alinhamento do Japão e Europa Ocidental aos EUA. As guerras na África vão reduzir o comércio para essa região.

Inicia-se uma pressão norte-americana pela redemocratização do continente, ao lado da ofensiva de pressão pelo pagamento da dívida externa.

A combinação da queda das exportações, queda de investimentos externos, aumento do custo da dívida, levaram a economia à recessão de 1982/1983, além da volta da alta inflação.

Setores da burguesia nacional passaram a atacar de forma mais aberta o estatismo dos governos militares, que acabava repercutindo nos negócios dos capitalistas nacionais.

O ministro Delfim Neto reduziu as reservas cambiais, tirou do cálculo da inflação os preços do petróleo, fez uma maxidesvalorização cambial, retirou gradualmente incentivos fiscais às exportações, prefixou a correção monetária e cambial, reajustou preços e tarifas das estatais. Ou seja, uma série de mecanismos que reduziram brutalmente o poder aquisitivo dos salários, confiscava parte da poupança, e favorecia a exportação.

Os movimentos sociais se manifestaram. As greves fabris, de bancários e o movimento contra a fome aumentaram a pressão sobre o governo.

Em 1981, o governo cria a Comissão Especial de Desestatização, subordinada à SEPLAN. Listou 140 empresas estatais que deveriam ser vendidas, mas vendeu de fato 20 delas, teve seus trabalhos prorrogados em 1983, e se estendeu até durante o governo Sarney, com mais 18 privatizações. A experiência privatizante do final da ditadura militar teve como características: 1) a maior parte das operações de venda realizadas envolveu empresas de pequeno porte; 2) Na grande maioria dos casos, tratou-se de reprivatizações, na medida em que foram vendidas empresas que, originalmente, eram privadas e que passaram depois ao controle do setor público por problemas de gestão financeira; 3) em nenhum dos dois governos, as privatizações fizeram parte de uma política global e revisão do papel do Estado junto à economia; 4) o projeto foi marcado por grandes recuos, diante das críticas surgidas da parte de setores e grupos específicos e também em função da resposta do parlamento, que bloqueou várias iniciativas, não concedendo ao poder executivo o aval para levar o programa adiante.

O fim do ciclo militar estava dado: não centralizava mais as frações da burguesia, que esperneavam contra os excessos estatistas; não contava mais com apoio do imperialismo norte-americano, que pressionava pelo fim da política desenvolvimentista estatizante; deparava com a resistência das massas nas ruas, que reivindicavam a saída dos militares do poder.

Enquanto a trajetória da saída dos militares do poder seguia os passos ditados pelos generais através da abertura «lenta, gradual e pacífica», conferindo traços de continuidade do regime político, procurava-se preservar o projeto nacional-de-



Médici: governo aumenta repressão e intervenção na economia

envolvimentista, ainda que numa conjuntura interna e externa extremamente desfavorável.

Enquanto se manifestava em seus primeiros passos o neoliberalismo, a partir das vitórias do governo Thatcher na Inglaterra e dos acordos com Pinochet no Chile, no Brasil ainda se manifestavam políticas como a do ministro Funaro, que chegou à moratória da dívida externa, em dissonância com a política dos EUA.

Os governos militares pretendiam desenvolver economicamente o país e conter os movimentos sociais. Para tal, puseram em prática um projeto de desenvolvimento e a perspectiva de um projeto nacional, de um lado, e uma brutal repressão, de outro. Sua política econômica assumiu características de amplo intervencionismo estatal, defesa de ramos estratégicos da economia, implantação de uma indústria bélica, consolidação de um papel decisivo nas relações continentais. Tudo isso, ora favorecendo o capital estrangeiro e a política do imperialismo ianque, ora em choque com ele. O que não descaracteriza o fato de a ditadura ter desenvolvido um nacionalismo militar a partir do governo Médici, de forma que o governo de Geisel constituiu uma síntese.

Apesar de obter resultados econômicos que potenciaram o país no continente e no mundo, sob o capitalismo, as desigualdades sociais só tendem a aumentar. O Brasil chegou à liderança da pior distribuição de renda mundial.

Os governos neoliberais e entreguistas que sucederam o ciclo militar têm destruído as bases do nacional-estatismo. Fernando Collor de Melo instituiu o Plano Nacional de Desestatização, Fernando Henrique Cardoso o implantou amplamente, Luís Inácio Lula da Silva o manteve e Dilma Rousseff se lançou às privatizações de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, bem como a entrega do pré-sal ao capital imperialista. Hoje, o controle dos principais ramos da economia está nas mãos do capital estrangeiro, o que resulta em maior submissão e dependência do país em relação ao capital financeiro internacional e às multinacionais.

O desfecho do golpe militar

O golpe era uma questão de tempo. Os governadores Magalhães Pinto (Minas Gerais), Carlos Lacerda (Guanabara-RJ) e Adhemar de Barros (São Paulo) e a cúpula militar - Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Olímpio Mourão e Amauri Kruel aguardavam o momento para sua execução. Por cima desses articuladores, havia a determinação dos Estados Unidos. Assim que as condições foram dadas e a movimentação das tropas de Olímpio Mourão e Guedes rumaram, na madrugada de 31 de março, em direção ao Rio de Janeiro, Castelo Branco e Costa e Silva divulgaram a nota redigida por Golbery do Couto e Silva, anunciando a derrubada do governo. Esse “comunicado” tinha como essência a exaltação à Segurança Nacional, o repúdio às ações criminosas do presidente da República e seus aliados comunistas e a exortação à legalidade democrática. Em poucas horas, João Goulart deixou o Rio de Janeiro, passou por Brasília e se refugiou no Uruguai.

A estratégia dos militares de realizar um golpe apoiando-se na defesa da soberania nacional e na legalidade burguesa permitiu a unidade das Forças Armadas e o apoio da burguesia nacional, de classe média e da Igreja Católica. O êxito da ação só foi possível em função da debilidade do governo nacionalista, da incapacidade das organizações sindicais (particularmente do Comando Geral dos Trabalhadores) e da política do Partido Comunista.

Para justificar o golpe, os militares utilizaram dois acontecimentos: o comício de João Goulart no dia 13 de março e a revolta dos marinheiros, 26 de março. Havia um consenso entre os golpistas de que uma ação precipitada poderia levar ao fracasso. Era preciso, assim, esperar o momento em que o Presidente da República ferisse a chamada “legalidade constitucional”. Esse momento veio com o Comício e com a conduta de João Goulart diante do motim dos marinheiros.

É bom lembrar que uma fração de militares já havia tentado um golpe para impedir a posse de João Goulart. Os generais Odílio Denys, Grun Moss, Sílvio Heck e Olímpio Mourão Filho estiveram à frente desse propósito fracassado. Não se efetivou porque não havia consenso entre a camarilha militar, nem o apoio aberto dos partidos direitistas, entre eles a UDN. Já havia uma disputa interburguesa em torno da substituição de João Goulart para as eleições de 1965. A tentativa se resumiu na limitação dos poderes de Goulart, utilizando a via do plebiscito (Parlamentarismo e Presidencialismo). A vitória do presidencialismo adiou os planos golpistas, fortalecendo a tese de que era necessário encontrar a justificativa da ação nos atos do governo reformista.

Dois pretextos para os golpistas O comício de 13 de março

O discurso de João Goulart no comício de 13 de março foi um alibi encontrado para os golpistas. O Presidente da República, diante de 250 mil manifestantes, criticou os que fazem o “terror ideológico”, referindo à campanha direitista de identificação do governo com os comunistas. Denunciou de sabotadores os que querem entregar a estatal Petrobrás. Disse que a Constituição estava envelhecida. E censurou a Igreja por se aliar aos interesses das “classes conservadoras”. Também



Jango em seu comício: um governo que não governava mais

identificou os “ibadianos” (IBAD), por estar vinculado aos interesses da classe dominante e financiado pelos Estados Unidos. Os trechos do discurso, destacados abaixo, contêm a posição do governo, que foi utilizada para potenciar o golpe:

“A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios... A democracia que eles querem é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais... A Constituição atual é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada... Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra... Dentro das associações de cúpula de classes conservadoras, ibadianos... levantam a voz contra o Presidente pelo crime de defender o povo contra os que exploraram...”.

Nesse discurso, não havia nada que desabonasse a legalidade burguesa. O anúncio das Reformas de Base servia, na realidade, para conter os descontentamentos da classe operária, camponesa e das massas oprimidas em geral, que sofriam com o arrocho salarial, a elevação do custo de vida e reclamavam pela reforma agrária. João Goulart enfatizou que “O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica jurídica superada...”. O que articuladores do golpe pretendiam era semear confusão para ganhar apoio social.

No pronunciamento, quando se referiu à reforma agrária, Goulart fez um anúncio tímido:

“Acabei de assinar o decreto SUPRA... Ainda não é a reforma agrária pela qual lutamos... Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado... Mas é o primeiro passo à frente das portas que se abrem na solução definitiva do problema agrário brasileiro”. Como se vê, tratava-se de uma medida gradual, que não continha nenhuma ação revolucionária contra os latifundiários. Tudo seria dentro da lei e mediante a compra de terras (indenizações aos proprietários).

Em relação à Petrobrás, o anúncio se limitou ao decreto de Lei 2004 (que criou a estatal):

“A partir desse instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rui Grandense passam a pertencer ao povo... Procurei ser fiel ao espírito da Lei 2004...”

Era apenas o cumprimento do decreto, instituído em 1953. É bom lembrar que assim que houve o golpe, Castelo Branco colocou em prática a estatização das refinarias descritas acima.

Às entidades estudantis, o compromisso de Goulart foi o de realizar uma Reforma Universitária, “defendida pelo estudante, que sempre tem estado na vanguarda dos movimentos populares e nacionalistas”. Fazia menção à UNE, como uma das organizadoras do comício, juntamente com o CGT.

No palanque, Leonel Brizola completou o discurso com um tom virulento. Criticou o Congresso Nacional e pediu publicamente que João Goulart assumisse de fato a Presidência, realizando as Reformas de Base “na marra”.

Como a decisão pelo golpe era uma questão de tempo, a reação dos golpistas foi imediata. O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, tomou o comício como parte de um “plano nacional que estava em marcha”. Logo de madrugada, ocorreu uma reunião na casa do deputado Cunha Bueno. O objetivo era organizar uma resposta nas ruas, denominada inicialmente de “marcha de desagravo ao Santo Rosário”. No dia seguinte, novos encontros avalizados por D. Leonor Mendes de Barros, esposa de Adhemar de Barros, contou com a União Cívica Feminina, Sociedade Rural Brasileira, a Igreja Católica e membros da UDN e PSD. Aproveitou-se, assim, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, para o dia 19 de março, em São Paulo. Foi o primeiro teste para a efetivação do golpe. A marcha, com meio milhão de pessoas, ganhou as ruas e teve à frente a Igreja Católica (Padre Calazans), os políticos golpistas (Cunha Bueno, Plínio Salgado, Conceição da Costa Neves e Auro de Moura Andrade, entre outros), a Fiesp e a Sociedade Rural Brasileira. O objetivo era o de ganhar apoio à intervenção militar, que para os organizadores foi um passo decisivo. Daí a intenção de realizar outras marchas em estados estratégicos, objetivando o apoio popular ao golpe.

Nesse mesmo dia, o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra veio a público defendendo a remoção de Goulart. Posição esta aguardada pela camarilha de Castelo Branco.

A reação dos governadores deu o tom que os militares exigiam para a execução do golpe. Carlos Lacerda acusou João Goulart de ter praticado um “assalto à Constituição, ao bolso e à honra do povo”, bem como de ser “subversivo e provocador. Concluiu: “A guerra revolucionária está desencadeada... As máscaras ontem caíram”. Magalhães Pinto divulgou um manifesto no dia 20 de março, cujo conteúdo era o de que Minas Gerais resistiria a qualquer “revolução comandada de cima”. Adhemar de Barros, nesse mesmo dia, foi à televisão para condenar João Goulart por “fomentar a revolução”. Alertou que São Paulo estava preparado militarmente com mais de 30 mil homens e aviões.

Por sua vez, os militares usaram o episódio para conseguir alavancar a unidade necessária das Forças Armadas, tendo em vista que não havia consenso sobre a derrubada do governo. A partir do comício, Castelo Branco passou à linha de frente, juntamente com os governadores. Os apelos de defesa constitucional se espalhavam pelos quarteis. Partiu do Chefe do Estado-Maior, Castelo Branco, o alerta ao exército quanto à necessidade de tomar medidas em relação ao governo. No dia 20 de março, Castelo Branco, em nota, dizia: “Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender progra-



Os generais que comandaram o golpe

mas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. É preciso preservar, sempre dentro dos limites da lei... contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas”. Tratava-se de um alerta aos militares, que ainda se acercavam do governo, da função das Forças Armadas. Por meio de seu cargo de Chefe do Estado-Maior, pretendia carrear a unidade dos militares para o golpe.

A grande imprensa fazia campanha aberta contra Goulart. Ficou evidente que a Tribuna da Imprensa, no Rio de Janeiro, e O Estado de S. Paulo, em São Paulo, foram os mais leais porta-vozes dos golpistas. O Correio da Manhã, nos editoriais posteriores ao comício, estamparam a palavra de ordem “Basta” e “Fora”. O Diário de Notícias publicou: “É inegável que existem forças subversivas visando claramente a uma tentativa de derrubar o regime e as instituições existentes ... Estas forças parecem ter cooptado o próprio presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição”.

Enquanto fervia a campanha antigoverno, Goulart encaminhou ao Congresso Nacional as anunciadas reformas de base. E o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaçou convocar uma greve geral para o dia 20 de março, caso o Congresso não votasse as reformas. A situação era convulsiva. A reação direitista ganhou apoio de setores da classe média, contaminada pela campanha da defesa da legalidade burguesa, da segurança nacional e do combate ao comunismo.

A revolta dos marinheiros

O motim de 26 de março contou com cerca de 1200 marinheiros e fuzileiros navais, que se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara para comemorar os dois anos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que era considerada ilegal. A cúpula militar ordenou outros fuzileiros para que prendessem os que se encontravam no sindicato. Fato que não ocorreu, porque os fuzileiros se solidarizaram com os manifestantes. Todos foram presos, mas em seguida libertados. A revolta dos marinheiros, que desafiou a hierarquia militar, a anistia dos presos e a substituição do Ministro da Marinha foram uma apunhalada para a oficialidade golpista. O Clube Militar e o Clube Naval em nota diziam: “ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia...”. A tática do governo foi a de conter o motim sem

correr o risco de perder o apoio dos rebeldes. Assim, concedeu a anistia aos presos e procurou se mostrar solidário às reivindicações, denunciando como responsável pela crise brasileira a “minoría privilegiada”.

A cúpula militar golpista aproveitou para lançar outro Manifesto, cujo conteúdo era o de criminalização da conduta do Presidente. *“Em lugar de promover-se a devida punição disciplinar, licenciaram-se marinheiros amotinados...”*. *“O que este golpe representa de ameaça a todas as instituições do País está patente na forma e na essência e só nos resta alertar a Nação para que se defenda, enquanto estão de pé as instituições e os cidadãos dignos da liberdade e da Pátria”*. Portanto, essa era para os articuladores do golpe a gota d’água de que precisavam para a sua materialização.

A ala direitista das Forças Armadas conseguiu deslocar a fração que ainda estava com o governo. Foi o caso do coronel Lino Teixeira, que afirmou: “todo militar janguista estava revoltado... até ontem eu lutaria ao lado do presidente e das reformas, hoje não titubearia em lutar ao lado de Carlos Lacerda.”.

Preparativos finais para o desfecho

No dia 28 de março, ocorreu a reunião que planejou a ação final, no Aeroporto de Juiz de Fora. Estavam presentes a cúpula golpista. Coube ao governador de Minas Gerais marcar a data e o momento da divulgação do Manifesto que trazia a deposição de Goulart. Havia, agora, um acordo de que não poderia esperar mais tempo. O momento havia chegado. A camarilha militar deveria estar pronta para o aviso da hora em que se iniciaram as movimentações das tropas. O general Castelo Branco estava com a incumbência de divulgar a circular, ordenando a obediência dos militares. Os comandantes Costa e Silva, Garrastazu Médici e Amauri Kruel constituíam os pilares de sustentação da ação.

Denúncias sem eco de João Goulart

Um dia antes do golpe, Goulart aproveitou a comemoração da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara, reunidos no Automóvel Clube, para transmitir por rádio e televisão suas denúncias sobre a pressão direitista que vinha sofrendo. Afirmou que havia um golpe em curso financiado pelos Estados Unidos e por parte da burguesia nacional. Referindo-se ao momento que estava vivendo, disse: *“ele exige de cada brasileiro o máximo de calma e determinação, para fazer face ao clima de intrigas e envenenamento que grupos poderosos estão procurando criar contra o governo, contra os mais altos interesses da Pátria e contra a unidade de nossas Forças Armadas”*. Voltou a criticar os militares golpistas, em alusão aos acontecimentos de 1961, enfatizou: *“Em 1961, os mesmos fariseus que hoje exigem um falso zelo pela Constituição queriam rasgá-la e enterrá-la sob a campainha fria da ditadura fascista”*.

Essas denúncias foram, na realidade, mais um desabafo do que um chamado à população para defender o governo eleito diante do golpe que estava por vir.

Por cima dos golpistas, os Estados Unidos

Os Estados Unidos já vinham preparando as condições para a derrubada do governo nacionalista de Goulart. A política norte-americana se manifestava na conduta do embaixador, dos representantes dos Consulados e do Serviço de

Inteligência dos Estados Unidos. Inúmeras foram as reuniões entre os representantes imperialistas e a cúpula militar golpista. Vários foram os encontros de governadores de estado, deputados e empresários na embaixada dos Estados Unidos. Não faltaram recursos financeiros às entidades que faziam oposição ao governo, entre elas ao IBAD. O secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas Mann, chegou a declarar que “estávamos conscientes de que o comunismo estava corroendo o governo do presidente João Goulart”. A política de liberação de verbas (“Aliança para o Progresso”) somente para os estados que se opunham ao governo federal é também conhecida. O contato direto entre Vernon Walters com Castelo Branco nos dias que antecederam o golpe atesta a ação do imperialismo em conluio com os militares. A aceitação por parte dos militares da “Operação Brother Sam” de “auxílio” dos Estados Unidos à execução do golpe atesta o intervencionismo imperialista.

Porém, para os Estados Unidos, era melhor que o golpe fosse executado pelos militares brasileiros e que tivesse como justificativa a defesa da Constituição e da democracia. Não por acaso, assim que os militares assumiram o poder, o embaixador Lincoln Gordon confirmou a estratégia ao se referir ao golpe e disse: “foi produto 100% brasileiro”.

O fato dos Estados Unidos intervirem no golpe revela tão somente o caráter semicolonial do País. Por cima das fronteiras nacionais, está o domínio imperialista. A fração da burguesia e dos militares executou o golpe sob a proteção do intervencionismo dos Estados Unidos.

O golpe iniciou em Minas Gerais

O governador de Minas Gerais divulgou, no dia 30, o Manifesto, conforme havia acordado na reunião de Juiz de Fora. Eis a essência do Manifesto do golpe:

“O Presidente da República, como notoriamente o demonstraram os acontecimentos recentes e suas próprias palavras, preferiu outro caminho: o de submeter-se à indisciplina nas Forças Armadas e o de postular e, quem sabe, tentar realizar seus propósitos reformistas com o sacrifício da normalidade institucional e acolhendo planos subversivos que só interessam à minoria desejosa de sujeitar o povo a um sistema de tirania que ele repele...”. Conclui: *“Que o povo mineiro, com as forças vivas da Nação, tome a seu cargo transpor esse momento histórico. Só assim poderemos atender aos anseios nacionais de reforma cristã e democrática”*.

Nesse mesmo dia, o general Adalberto Pereira dos Santos, em Porto Alegre, recebeu o comunicado de Castelo Branco, que dizia: *“Restauração da Legalidade: restabelecimento da Federação; eliminar o desenvolvimento do plano comunista de posse do poder; defender as instituições militares; estabelecer a ordem para ao advento de reformas legais”*. Os golpistas receavam que pudesse haver uma resistência a partir do Rio Grande do Sul, em função do apoio de Leonel Brizola ao governo. Castelo Branco, pela via da nota militar, procurou chamar atenção dos comandantes militares aliados de Brizola.

Os generais Olympio Mourão Filho e Guedes (comandantes de Juiz de Fora e Belo Horizonte), já na madrugada do dia 31, iniciaram a movimentação das tropas e tanques em direção ao Rio de Janeiro. Em seguida, Kruel ordenou que seu exército marchasse para o Rio de Janeiro para se unir aos de Mourão. Logo mais, o general Moniz de Aragão, que disputava a

direção do Clube Militar, conclamou seus subalternos para o “dever constitucional”. A tentativa de barrar o golpe veio do I Exército, sob a direção do general Âncora, que se dirigiu para o Vale do Paraíba para impedir a chegada das tropas de Kruel. Não se concretizou porque Goulart deixou o Rio de Janeiro e se dirigiu para Brasília, assinalando que não estava disposto a resistir à ação dos militares. Outras tentativas militares de apoio ao governo também foram dissuadidas.

Antes de deixar o Rio de Janeiro, João Goulart, na manhã de 31, reuniu com seus chefes militares para avaliar a situação. Mas, já era tarde. A sede da Federação Nacional dos Estivadores tinha sido invadida e os dirigentes sindicais presos. Diante dos fatos, o Comando Geral dos Trabalhadores, a União dos Portuários, Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina e a União Nacional dos Estudantes decidiram pela greve geral, que não teve força para se impor. A resistência dos estudantes terminou com a violenta repressão militar na Cinelândia.

Triste fim do governo nacionalista

Os setores que apoiavam o governo, entre eles o CGT, não tiveram força para levantar as massas, particularmente a classe operária, contra o golpe. O que evidencia o quanto o CGT estava distante das bases. A repressão agiu rapidamente sobre as lideranças sindicais, desarticulando completamente a tentativa de greve geral. Por outro lado, também as Ligas Camponesas estavam desorganizadas para resistir ao golpe. Daí a pequena resistência de algumas lideranças rurais no Nordeste, que foi contida pela repressão. A prisão do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, contribuiu para pôr fim à reação antigolpe na região.

No Sul, Leonel Brizola e seu Grupo dos Onze se limitaram às denúncias e à conclamação da população contra os golpistas. Com a decisão de Goulart de não lutar contra o golpe, Brizola não teve força para desencadear uma ação antigolpista. Na realidade, os apoiadores do governo não foram capazes de se preparar para enfrentar o golpe que era iminente. A nota do Partido Comunista, assinada por Luiz Carlos Prestes, quatro dias antes do golpe, é a prova da avaliação errada da situação do País: *“não havia condições para um golpe reacionário...os golpistas teriam as suas cabeças cortadas”*.

Goulart acabou se refugiando no Uruguai e o poder do Estado, provisoriamente, passou, no dia 2 de abril, para Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados.

As primeiras 48 horas

No dia 1º de abril, no Rio de Janeiro, ocorreu a reunião entre a camarilha militar e os governadores golpistas. Carlos Lacerda tinha pressa de indicar um militar para ocupar a presidência da República.

O editorial do Jornal O Estado de São Paulo conclamou urgência de um presidente militar e exigia a prisão dos políticos e sindicalistas pró-governo. A imprensa burguesa trabalhou pelo golpe e pela substituição de Goulart por um presidente da cúpula dos militares.

A burguesia, por meio da Federação e Centro das Indústrias de São Paulo, imediatamente enviou um telegrama ao Senado apoiando a eleição de um chefe militar para a condução do País.



Os EUA apontam o caminho: ditadura militar.

No dia 2 de abril, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, congratulou a ação dos golpistas e ordenou o cancelamento da “Operação Brother Sam”, que havia cercado a costa do Rio de Janeiro com porta-aviões, petroleiros bélicos, navios de munição, aviões de caça, aviões-tanques, etc..

Algumas conclusões

O golpe oligárquico e pró-imperialista triunfou sem que houvesse resistência do governo e de seus partidários. A disposição do I Exército em barrar o avanço do IV Exército mostrou que os golpistas podiam ser derrotados. João Goulart, no entanto, desertou. Sem o Presidente, as suas bases de apoio, já esmorecidas e divididas, nada podiam fazer.

É fato que os Estados Unidos estavam com uma força militar nas costas brasileiras. Mas uma intervenção estrangeira, certamente, provocaria um levante popular. A passividade do governo diante da articulação dos conspiradores não foi apenas um excesso de confiança no dispositivo militar do general Assis Brasil, mas também a indisposição de João Goulart de fechar o Congresso, quebrar a espinha dorsal da conspiração e instalar um governo de força. Brizola chegou a exortá-lo para que tomasse essa via – a única que restava a um governo burguês acochado pela reação e pela luta de classes.

A tentativa de constituir um governo nacionalista - indisposto a seguir a estratégia mundial dos Estados Unidos em sua “guerra fria” contra a União Soviética - por meio da democracia formal, com um Congresso controlado pela UDN, pelos seus comparsas do PSD e pelos governadores da reação, refletiu a ilusão pequeno-burguesa que alimentou o nacionalismo brizolista e janguista, circundado pelo dos estalinistas do PCB.

O proletariado e os camponeses poderiam ter resistido e derrotado os golpistas encastelados no IV Exército. Era seu dever defender o governo nacionalista contra o golpe contrarrevolucionário. Em seguida, continuariam, fortalecidos, em sua marcha pelo poder. No entanto, operários e camponeses estavam submetidos à política do nacionalismo impotente e decrépito. Contribuiu para isso, a política de colaboração de classe do PCB. A ausência de um partido operário marxista impossibilitou organizar uma resistência revolucionária e independente dos explorados.

A situação dos trabalhadores no início dos anos 1960

Após 1930, o Brasil passou por transformações expressivas em sua estrutura econômica. Manteve sua condição de país semicolonial, de capitalismo atrasado, mas adentrou por um intenso processo de industrialização que deixaria marcas importantes, com reflexos na estrutura social e no âmbito da política. A implantação da indústria nacional remonta ao século XIX, mas é no começo do XX que o processo se intensifica, em resposta a fatores internos e externos conjugados. As pressões exercidas pelo desenvolvimento das forças produtivas internas e pelo imperialismo se combinam. Estão na base do golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930, golpe dado sem alijar totalmente do poder a burguesia cafeeira, que dominava o cenário político nacional no período anterior. Em outras palavras, o impulso industrializante se concretiza sem sepultar o regime agroexportador. O caráter desigual e combinado da economia semicolonial é reforçado.

Exercem um peso significativo nesse histórico os efeitos da crise de 1929 e depois a Segunda Guerra Mundial. Entre outras decorrências, citamos a crise porque enfraquece as oligarquias, forçando a realocação de capitais; enquanto o conflito bélico serve ao incremento da produção nacional de certos ramos, mediante o processo de “substituição das importações”. Cabe destacar que o Estado brasileiro passa a desempenhar um papel fundamental, situando-se como o principal promotor do “processo de modernização”, investindo na indústria de base e outros ramos essenciais. Os governos que se seguem, ora de acentuado nacionalismo (caso de Vargas a partir de 1951), ora mais francamente pró-imperialista (como Dutra), farão uso de recursos externos, ampliando a dependência do país frente às potências. O que comprova a tese de que o nacionalismo burguês não pode se materializar como anti-imperialista, pelo contrário. Evidentemente, toma medidas de defesa da burguesia nacional que se chocam com os interesses do imperialismo.

As multinacionais controlam a produção em uma série de importantes setores da economia nacional. Monopólios norte-americanos, como a “Brazilian Traction Light and Power”, marcam presença. Avança o capitalismo no campo, embora preservando a herança colonial dos latifúndios. Em síntese, há um processo de crescimento, concentração e diferenciação das forças produtivas. Novas relações e antigas se entrelaçam, o mais alto grau de desenvolvimento capitalista penetra em algumas regiões, convivendo com reminiscências pré-capitalistas. Tais transformações provocam alterações na relação cidade-campo e entre as regiões do país, agravando desigualdades históricas.

Até os anos 60, o peso específico da produção industrial no produto social bruto quase que se equipara com a agricultura (26% contra 28%). Na mesma época, a população urbana praticamente empata com a população rural. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura empurra a população trabalhadora excedente do campo para a cidade. O que se dá deslocando enormes contingentes entre as regiões. Avança a fronteira agrícola, dando vigorosos passos no centro do país. A opressão

sobre as nacionalidades indígenas é violenta. Em São Paulo, 72,5% do crescimento no decênio 1940/50 deve-se à migração de outras regiões do país, particularmente do Norte-Nordeste. A região litorânea concentra a maior parte da população e das indústrias, com destaque para o eixo Rio-São Paulo. As maiores fábricas modernas (menos de 1%) concentram mais de 1/3 dos operários e produzem 40% de toda a produção industrial.

As classes sociais também passam por mudanças. A burguesia representa uma parcela cada vez menor e mais rica. Aumenta em toda parte a utilização do trabalho assalariado. Os produtores agrícolas sem terra compõem um exército de cerca de 12 milhões de pessoas. Torna-se mais complexa a estrutura do proletariado, amplia-se sua composição social, aumenta a concentração. Com suas várias camadas internas, o proletariado brasileiro é, com 13 milhões de pessoas, o maior destacamento da classe operária latino-americana (cerca de 1/3). Os EUA possuíam 47 milhões. A comparação com a França é especialmente elucidativa: possuía 10,2 milhões, mas a parte predominante é composta de operários fabris (7 milhões), enquanto no Brasil essa camada é bem menos numerosa. Do que se conclui que, não obstante seu volume global ser considerável, a fração diretamente ligada à grande indústria moderna é ainda incipiente, revelando o atraso relativo da semicolônia.

A condição de vida dos trabalhadores é de pobreza e miséria. Em 10 anos (1950 - 60), só no Rio de Janeiro, a população das favelas aumentou em mais de duas vezes. O acesso a serviços públicos básicos é precário, os índices de analfabetismo são elevadíssimos. A questão salarial é particularmente grave, sobretudo por conta da inflação. De acordo com o historiador Leôncio Basbaum, criou-se uma “psicose aumentista”, fonte de lucros para industriais e comerciantes. Em 1961, o aumento dos preços em relação ao ano anterior fora de 38%; em 1962, de 52%; em 1963, de 74%. Em 12 anos (1948 - 60) os preços dos aluguéis subiram no Rio de Janeiro em mais de 20 vezes e em São Paulo, quase 17 vezes. Os preços de gêneros alimentícios em São Paulo e no Rio de Janeiro (1948 - 62) aumentaram em mais de 18 vezes. Enquanto isso, os reajustes salariais entre, 1956 e 1961, não ultrapassaram o nível de salário de 1954, sendo que se reduziu gradual e regularmente em cerca de 30 a 40%.

O país vivia uma aguda crise econômica no início dos anos 1960. Enquanto o índice de crescimento em 1961 havia sido de 7,7%, três anos depois haveria um decréscimo, o primeiro após 25 anos. O dólar havia subido de 50 para 800 cruzeiros (de 1955 até a renúncia de Jânio). A exportação, embora aumentando em volume, diminuía em valor e não dava para cobrir os débitos de importação. Só as responsabilidades decorrentes dos compromissos cambiais avizinham a cifra de 400 bilhões de cruzeiros. O Plano Trienal de Celso Furtado, Ministro do Planejamento de João Goulart, mal saiu do papel. Visava, entre outras coisas, a conter a escalada inflacionária, tendo esbarrado na pressão dos trabalhadores em defesa de seus salários.

Os investimentos nacionais e estrangeiros se enfraqueciam. Os EUA, que não viam com confiança o governo de João Gou-

lart, estavam em recessão e os investimentos diminuía não apenas para o Brasil, mas em toda a América Latina. Os investidores nacionais, com medo da inflação, enviam para bancos no exterior cerca de 2 bilhões de dólares, promovendo considerável fuga de capitais. Isso tudo sem contar, claro, os fatores diretamente políticos da crise, a começar pelas sabotagens promovidas pela UDN e outros grupos conservadores contra Goulart, para impedi-lo de governar e de realizar sua política de reformas.

As dificuldades econômicas se converteram em instabilidade política. O movimento operário se ergueu com vigor, devido, sobretudo, à formação de comissões de fábrica, com a aparição de novas lideranças e afastamento gradual de dirigentes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho. Entre março e abril de 1953, ocorre em São Paulo a Greve dos 300 mil. Outro movimento paredista de grande impacto é a greve dos marítimos, iniciada em junho do mesmo ano, envolvendo 100 mil trabalhadores nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Entre 15 a 25 de outubro de 1957, estoura a greve dos 400 mil, vista por alguns como ápice do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno de greve. Em 1959, os sindicatos remeteram petições ao Congresso Nacional em favor do projeto de lei do abono de Natal. Negados os pedidos, os trabalhadores sustentaram campanhas de pressão até sua acolhida em 1962.

No decurso da Greve dos 300 mil, surge o PUI (Pacto de Unidade Intersindical), que alinha nacionalistas do PTB e militantes sindicais do PCB, assim como acolhe lideranças sindicais janistas e ademaristas (referência ao governador de São Paulo, Ademar de Barros). O PUI é dissolvido em 1959, dando lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST). São passos dados no sentido de unificar os trabalhadores, embora seus limites, oriundos da política equivocada de suas direções, não permitissem maiores ganhos políticos aos explorados. Em agosto de 1962, a aliança nacional-reformista se cristaliza no Conselho Geral dos Trabalhadores (CGT). No mês seguinte, surge a União Sindical dos Trabalhadores (UST). Ao assumir a Presidência, Jango instrui seu assessor Crockatt de Sá a prestigiar a UST, pois assim poderia se defender melhor das pressões do CGT, visto como mais radical.

Cabe menção especial o caso do CGT. De orientação nacional-reformista, defende as seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior, restrição aos investimentos estrangeiros, direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados, ampliação da organização dos trabalhadores rurais, reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social, fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais. Expressa, portanto, um conjunto de reivindicações democrático-burguesas, tarefas não realizadas pelo capitalismo brasileiro em plena época do imperialismo.

Entretanto, acaba se submetendo a disputas inter-burguesas. A organização desempenha papel de destaque na “greve da legalidade”, em agosto de 1961, cujo objetivo era empossar Jango na presidência da República. Em julho de 1962, foi a vez da greve por um “gabinete nacionalista e democrático”. Naquele mesmo ano, em setembro, o CGT decreta a greve geral “pelo plebiscito”, que resulta na volta do regime presidencialista. Por manifestar tendências da base, acaba se mostrando contraditório, participando de greves e se adaptando ao gover-



Violenta repressão sobre os trabalhadores

no burguês nacionalista.

Em 1963, o PCB oficial (liderado por Prestes e reconhecido como tal pelo PCUS) dominava muitos sindicatos além do CGT, cujos principais dirigentes, Dante Pelacani, Roberto Morena, Osvaldo Pacheco, eram seus membros ou a ele ligados. A influência e a liderança de Osvaldo Pacheco se estendia ao PUA (Pacto de Unidade e Ação) e ao *Fórum de Debates*, ambas organizações operárias de Santos. Tinha ainda o PCB alguma influência nos meios estudantis, e fora o organizador do ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que dirigia algumas Ligas Camponesas do Centro e Sul do País, principalmente no Estado do Rio, Guanabara, S. Paulo e Minas Gerais.

Essas Ligas, constituídas de elementos os mais variados do campo, desde trabalhadores agrícolas até posseiros e pequenos proprietários ou parceiros, surgem a partir dos anos 1940, como defesa contra a ação dos latifundiários e usineiros. Calcula-se que, em 1963, existem 218 Ligas, espalhadas por 20 estados. Só em Pernambuco existem 64. No Congresso Camponês de novembro de 1961, em Belo Horizonte, mais de cem dessas Ligas se fazem representar. Temendo o poderio desse levante no campo, Jango age no sentido de cooptar as Ligas com a decretação da “sindicalização rural”, sob a égide e a proteção do Ministério do Trabalho. Em 1963 já existem cerca de 300 sindicatos rurais registrados, revelando considerável sucesso do Presidente em seu intento.

No segundo semestre de 1963, o Pacto de Ação Conjunta (PAC), ligado ao CGT, pretende avançar nas campanhas salariais. Calcula a representação de 700 mil trabalhadores, de 79 sindicatos e quatro federações. Deseja ser reconhecido como interlocutor da Fiesp, negociando em bloco as reivindicações. Não é de causar estranheza o fato de alguns analistas identificarem a Greve dos 700 Mil como motivo para alguns capitalistas se decidirem a derrubar Jango. Sua organização pela base, com delegados e comitês, gera temor. A volta ao trabalho se dá somente quando uma Comissão de Greve negocia um acordo válido para todos trabalhadores representados pelo PAC, independentemente da existência de acordos em separado (tática empregada pelo patronato para tentar enfraquecer a luta). Tal tendência de unificação reaparece em fins da ditadura, com o movimento que culmina com a criação da CUT.

Submissão ao nacionalismo burguês, impotência diante do Golpe Militar de 1964

Um dos aspectos mais importantes da análise do Golpe Militar de 1964 é a posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) antes (apoio ao governo burguês de João Goulart), durante (imobilidade diante do golpe de estado) e depois (estabelecimento dos governos militares, crise e fragmentação do estalinismo). Trata-se de analisar a posição política do estalinismo frente ao nacionalismo burguês decadente, a sua impotência diante do golpe contrarrevolucionário da burguesia nacional e do imperialismo e o processo de crise e decadência político-programática do primeiro grande partido operário do país e sua fragmentação em diversas correntes políticas. Em outras palavras, a expressão do fracasso do programa estalinista da “revolução por etapas”, do “socialismo em um só país”, da “burguesia progressista”, da “convivência pacífica com o imperialismo” e da “via pacífica para o socialismo”.

1. A política do PCB e o nacionalismo burguês

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) nasceu em Congresso realizado entre os dias 25 e 27 de março em 1922, em Niterói-RJ, sob influência da experiência grevista de 1917-19, do fracasso do anarquismo e do impacto da Revolução Russa de 1917. Na época chamava-se Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista. Da sua formação participaram militantes históricos de origem anarquista como Astrogildo Pereira (jornalista), José Elias da Silva (funcionário), Cristiano Cordeiro (professor), Luís Peres (artesão-vassoureiro), Joaquim Barbosa (alfaiate), João da Costa Pimenta (gráfico), Hermogênio Silva (eletricista), além de Manuel Cendon (alfaiate, que tinha certa formação marxista), representando 73 militantes. Neste episódio, Abílio de Nequette representou o Bureau da III Internacional Comunista para a América Latina. Ao novo partido aderiram figuras como Octávio Brandão e Leôncio Basbaun.

Apesar de mandar representante ao IV Congresso da III Internacional Comunista, realizado em 1922 em Moscou, o PCB só seria reconhecido no V Congresso da Internacional, em 1924. Os resquícios anarquistas da maioria dos militantes, a pouca formação marxista e a falta de clareza de posições políticas e programáticas pesaram no não reconhecimento imediato do partido. Nessa época, o processo de burocratização do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da Internacional estava apenas no início. Os anos de guerra civil e a derrota da revolução socialista e de lutas do proletariado em vários países, entre os quais a Alemanha, levaram a Rússia ao isolamento, à desorganização da classe operária e ao fortalecimento de uma burocracia, que tomava conta do Estado, do Partido Bolchevique e da III Internacional.

Stalin nada mais era que a personificação do poder da burocracia, o que se expressou nos V e VI Congresso da Internacional Comunista, com a imposição definitiva das teorias do “socialismo em um só país” e da “revolução por etapas”. Daí

em diante, a política internacional do estalinismo foi marcada por ziguezagues, que iam do ultra esquerdismo (Terceiro Período, de 1928-1934) ao oportunismo do VII e último Congresso da IC (frentes populares, de 1935 em diante).

A Oposição de Esquerda Russa, dirigida por Leon Trotsky, lutou no interior do PCUS e da III Internacional contra a burocracia estalinista e as deformações do processo revolucionário instaurado em Outubro de 1917, mas foi derrotada. Trotsky foi expulso do PCUS e da Rússia (1928), dando continuidade à luta internacional com a fundação da Oposição de Esquerda Internacional, a formação da Liga Comunista Internacionalista e da Quarta Internacional (1938). Contrapôs-se ao socialismo nacional com a política do marxismo revolucionário e do internacionalismo proletário.

O PCB sofreu a influência desse debate internacional, assimilando o etapismo. No livro *Agrarismo e industrialismo*, de Octávio Brandão, um dos mais importantes quadros do partido, defende-se uma tese etapista que influenciou os documentos políticos do partido nos seus II e III Congressos, respectivamente em 1925 e 1926:

O primeiro esforço teórico de compreensão da formação social brasileira pelas lentes do marxismo foi a obra de Octávio Brandão, Agrarismo e industrialismo, produzida em agosto de 1924 e depois retocada para publicação em 1926. Nesse texto, Octávio Brandão identifica nas oligarquias agrárias, particularmente na de São Paulo, as forças sociais e políticas a serem batidas a fim de que o país pudesse transpor as condições feudais e enoveredar de uma forma mais decisiva pelo caminho do desenvolvimento das forças de produção do capital.

Diante de uma complexa e conflituosa situação social, na qual as classes e camadas sociais têm um perfil fosco, as possibilidades de alianças sociais seriam a um tempo variadas e passageiras, ainda agravadas pelos conflitos interimperialistas dos quais o Brasil seria um dos palcos. A rebelião militar eclodida em São Paulo em 1924, segundo essa visão, marcaria um recuo significativo da burguesia na sua oposição ao ‘absolutismo presidencial’ (no dizer de Astrogildo Pereira) do Estado agrário e a projeção da pequena-burguesia urbana como principal força política antioligárquica.

Ainda que, na verdade, a burguesia industrial paulista, em nome da defesa da ‘pureza’ do Estado liberal, resistisse às leis sociais promulgadas por Artur Bernardes, ao proletariado – que vinha de uma derrota importante e cujo partido aparece ainda como muito débil teórica e organicamente, neste momento histórico de acúmulo de forças políticas e culturais – não tocaria outra alternativa senão apoiar a rebelião pequeno-burguesa contra o domínio dos grandes proprietários agrários, preservando, porém, sua autonomia de classe (Marcos Del Roio. Os comunistas, a luta social e o marxismo, p.30-31).

O PCB seguiu o ultra esquerdismo do Terceiro Período

(1938-1934) do PCUS e da III Internacional, que levou, por exemplo, à desastrosa política na Alemanha, onde o PC alemão se negou a fazer frente com os socialistas, abrindo caminho à subida de Hitler e fascismo ao poder. A aplicação dessa política ultra esquerdista na América Latina e no Brasil resultou nas seguintes medidas:

Juntamente com as novas diretrizes, trocaram-se também os assessores do Bureau Sul-Americano da IC, substituindo-os por militantes mais identificados com a corrente de Stalin, como o casal Guralski, que aplicará a linha de proletarização dos PCs ordenada pela Internacional. Seguindo essa linha, os delegados da IC substituíram quase todo o núcleo dirigente do partido brasileiro, reduzindo a pouca autonomia existente a quase nada, no que se refere a pensar a realidade nacional. Pautado por um pensamento esquemático e ditado por regras pré-moldadas nas teorias revolucionárias da IC, o novo núcleo dirigente do PCB, 'proletarizado', empobreceu enormemente suas análises sobre o Brasil. Assim, por exemplo, o movimento de 1930 é explicado como um simples confronto entre dois imperialismos, o americano e o inglês. Ou, então, como no caso do Bloco Operário e Camponês (BOC), que foi pensado como uma frente proletária, mas cuja dinâmica acabou levando-o para um patamar mais amplo, não esperado pelo partido, que o dissolveu por imposição da Internacional Comunista.

Todo este período é marcado, notadamente na direção partidária, pelo processo de proletarização, que, no Brasil, ficou conhecido pelo nome de 'obreirismo' e significou a promoção de militantes de extração operária a cargos de direção, em detrimento daqueles tidos como de origem burguesa, embora mais bem formados no marxismo. Ao mesmo tempo, também por conta de diretivas da IC, que já haviam extinguido o BOC, o PCB passa a ter uma atuação voltada para a constituição de 'sindicatos vermelhos', isto é, sindicatos dirigidos por comunistas e pela formação de soviets (Karepovs e Marques Neto. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas, p.122).

O processo de estalinização do PCB e a adoção das teses do "socialismo em um só país" e da "revolução por etapas" desencadeou um debate interno e o confronto de posições, que levariam à formação no final da década de 1930 da Oposição de Esquerda trotskista no Brasil, por intermédio de Mário Pedrosa, englobando militantes comunistas como Lívio Xavier, Aristides Lobo, Benjamim Peret, Salvador Pintaube, Rodolfo Coutinho, José Neves e Octavio Du Pin Galvão, compondo a Liga Comunista do Brasil (LCB) em 1931.

O fato é que o estalinismo conseguiu se impor definitivamente no seio do PCB, de modo que já na metade da década de 1930, a política de alianças com setores da burguesia, dita "progressista" se torna a política fundamental do PCB. A aproximação do partido ao militar nacionalista Luiz Carlos Prestes, a sua ida a Moscou em 1931, a sua incorporação forçada pelo PCUS ao PCB em 1934 e seu reingresso ao país em 1935, culminou com a formação da Aliança Libertadora Nacional (ALN), com a defesa de um programa de "revolução democrático-burguesa", que importava na defesa de alianças com setores da burguesia, de tarefas puramente democráticas, como nacionalização de empresas imperialistas, suspensão da dívida externa, fim do latifúndio e a conformação de um "governo popular",



Medici empossa Geisel

policlassista. Tratava-se de uma estratégia e tática circunscritas aos limites da sociedade burguesa, que não se chocava com o poder da burguesia, seu Estado e governos, nem muito menos com a grande propriedade privada dos meios de produção.

Portanto, a partir de 1934/35, o PCB segue a orientação geral do PCUS e da III Internacional sobre a constituição das chamadas Frentes Populares. Em julho de 1935, Prestes publicou um manifesto em que

falava na união das grandes massas trabalhadoras à burguesia nacional não ligada ao imperialismo para defender a democracia. E apelava a que viessem para a ANL todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e partidos políticos, quaisquer que fossem seus programas, sob a única condição de que quisessem lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos (J. Roberto Campos. O que é trotskismo, p.67).

O governo de Vargas, expressão da ascensão da burguesia nacional, chamada de "progressista" pelo PCB estalinizado, acabou por colocar a ALN na ilegalidade. O fracasso do *putsch* de 1935 (Intentona Comunista) acabou por fechar completamente as portas ao PCB, colocado na ilegalidade, e por desencadear uma onda de repressão ao movimento operário durante os dez anos do Estado Novo varguista. Nos anos seguintes, o PCB assumiria a linha de defesa da chamada "Unidade Nacional", por cima da luta de classes e da independência política da classe operária e demais explorados, como forma de defender uma aliança com a burguesia nacional, supostamente contra a ameaça do fascismo, quando o próprio governo Vargas flertava com governos ditatoriais e impunha as mais severas punições aos revolucionários.

O apoio ao governo Vargas e a busca da "Unidade Nacional", sem qualquer independência política de classe, se impõem na Conferência do PCB em 1943. O "programa mínimo" dessa Unidade Nacional era:

1. Instauração e contínuo aprimoramento dum regime de ampla liberdade democrática, baseado na cooperação política independente das classes e apoiado em grandes partidos nacionais e estaduais; 2. Restauração econômica nacional, pelo desenvolvimento planejado da grande indústria, da grande agricultura, dos transportes e do crédito, garantidas a iniciativa privada e a expansão da grande e da pequena propriedade agrária progressistas; 3. Criação de um grande mercado interno, através da con-

tínua elevação real do nível material e cultural da vida da classe média e do proletariado urbano e rural; 4. Aprofundamento das relações internacionais do Brasil com todas as Nações Unidas e amantes da paz – em particular com as Nações Latino-Americanas, com os Estados-Unidos, Inglaterra, União Soviética, França, Itália e China – para a paz e a segurança do nosso continente e do mundo (O Manifesto das Esquerdas, 1945)

Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas e a redemocratização do país, o PCB consegue um certo êxito eleitoral, com a eleição de parlamentares deputados e vereadores no Rio de Janeiro, além de Prestes para o Senado. Mesmo assim, é colocado na ilegalidade pelo governo Dutra, passando no início da década de 1950 do apoio ao nacionalismo burguês de Vargas ao ultra esquerdismo, expresso no *Manifesto de Agosto de 1950*, com a defesa de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), que se conciliava em última instância com a política da “revolução por etapas” estalinista.

Ao contrário dos trotskistas, que defendiam os direitos democráticos e as reivindicações das massas proletárias com independência de classe frente aos partidos e governos burgueses, o PCB acabou se submetendo ao nacionalismo burguês. Foi o caso não só do getulismo, mas também do instável governo burguês de João Goulart, às vésperas do Golpe Militar, orquestrado pela burguesia nacional “progressista” e o Imperialismo.

2. A crise do estalinismo e a submissão ao Governo Goulart

A linha política, a estratégia e a tática do PCB eram de submissão ao nacionalismo burguês. A crise internacional do estalinismo, potenciada pela denúncia de parte dos crimes de Stalin no XX Congresso do PCUS, em 1956, se refletiu imediatamente na vida interna do PCB. O partido recolocava a política de alianças com a burguesia nacional, dita progressista, classe que, para ele, poderia realizar no Brasil feudal ou semi-feudal (caracterização dominante no partido) as tarefas democráticas pendentes da reforma agrária, fim do analfabetismo, desenvolvimento nacional, etc. O Congresso do PCUS de 1959 selou definitivamente o processo de adaptação do estalinismo ao Estado, à democracia e ao parlamentarismo burgueses, com a adoção clara e definitiva da tese da “coexistência pacífica com o imperialismo”.

É nesse contexto que se formam três tendências no seio do PCB. Uma que adotava a crítica do estalinismo e o aprofundamento das mudanças internas ao partido, chegando a rejeitar os princípios do leninismo (Agildo Barata); a segunda de caráter estalinista ortodoxa, que rejeitava qualquer crítica à era de Stalin e defendia abertamente o culto ao estalinismo (João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Diógenes de Aruda Câmara) e o grupo dirigente nacional, composto por Gicondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender e Armênio Guedes, aos quais se juntaram Prestes e Marighella, que adotava uma posição eclética, reconhecendo certas críticas ao culto à personalidade de Stalin, mas defendendo o regime partidário do PCB. Este grupo obteve êxito na luta contra as duas primeiras tendências.

O PCB chegava ao seu cume. Em 1958, o núcleo dirigente do partido elaborou a chamada *Declaração de Março de 1958*, em que, dentre outras coisas, defende a possibilidade da revolução brasileira por meios pacíficos, através de reformas na estrutura econômica e política da sociedade burguesa e do Estado capitalista brasileiro. Em seu Congresso de 1950, o PCB assina a sua declaração de óbito, ao aprovar a tese da “coexistência pacífica com o imperialismo” e ao repudiar a revolução violenta. O início da década de 1960 é marcado pelo aprofundamento da crise interna ao partido, a expulsão do grupo de Agildo Barata e a cisão do grupo dirigido por João Amazonas, que formou logo em seguida o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, na época de caráter estalinista ortodoxo.

Os anos anteriores ao Golpe Militar de 1964 são marcados por profunda instabilidade política e pelo desenvolvimento de uma crise revolucionária no país. Essa situação fica patente no esgotamento dos governos nacionalistas burgueses, que fracassaram na tese de desenvolvimento nacional autônomo, de industrialização plena do país, sem que fossem capazes de romper com o imperialismo e o capital financeiro internacional. O processo de industrialização limitado e a intervenção estatal com a criação de empresas nacionais no setor de bens de capital para criar as bases para o desenvolvimento capitalista no Brasil logo se mostraram impotentes diante da pressão do capital internacional e das potências imperialistas, que condicionavam o processo industrial e o controle dos principais ramos da indústria. Essa situação fica patente no governo de Juscelino Kubitschek, de abertura à penetração violenta do capital financeiro, das multinacionais e do aumento do endividamento.

Por outro lado, o nacional-populismo se mostrava cada vez mais incapaz de atender as reivindicações e necessidades das massas trabalhadoras do campo e da cidade. A erupção de greves operárias e de demais trabalhadores assalariados, as manifestações estudantis (UNE) e as lutas travadas no campo pelas Ligas Camponesas mostravam a impossibilidade dos governos burgueses de romperem com o imperialismo, realizarem as tarefas democráticas da revolução burguesa e atenderem aos reclamos dos explorados.

A eleição e renúncia de Jânio Quadros em pouco mais de seis meses, a resistência da direita à posse do vice-presidente João Goulart, a imposição do parlamentarismo e a ameaça de um golpe militar se tornaram patentes. A política do PCB frente ao governo burguês de Goulart foi claramente de submissão. O partido defendia a ideia de que o governo nacionalista seria capaz de realizar as reformas de base para modernizar a estrutura econômica do país e as instituições estatais, acalutando nas massas as maiores ilusões políticas e democráticas de que o governo Goulart seria a expressão da primeira etapa da revolução brasileira, a etapa democrático-burguesa.

Para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) após a cisão de 1962 as coisas passariam a se desenvolver de maneira aparentemente bastante favorável. Com a ascensão de João Goulart ao poder, o significativo desenvolvimento alcançado pelas lutas populares parecia demonstrar a correção das análises feitas pelo Partido. Tudo fazia crer serem as Reformas de Base preconizadas pelo

Governo e apoiadas pelo Partido a antessala da conquista de um governo popular pela via pacífica. Havia uma grande subestimação da capacidade de reação das forças conservadoras, ignorando-se completamente todas as lições da História (Eliezer Pacheco. A formação da Esquerda no Brasil, p. 235).

Para tanto, o PCB teve de por um freio ao desenvolvimento da luta de classes no campo e na cidade, direcionando o processo em curso para o âmbito institucional. De fato, a política estalinista do PCB de confiança no governo burguês, de atrelamento do movimento operário e popular às reformas no âmbito da institucionalidade burguesa, de reforço das ilusões no Estado, na democracia e no parlamento capitalistas, da defesa da progressividade da burguesia nacional e da possibilidade de uma revolução democrático-burguesa, liderada pela burguesia nacional em plena etapa de decomposição imperialista levaram o partido a subestimar a capacidade de reorganização das frações burguesas em torno da contrarrevolução e acreditar que o governo Goulart poderia sufocar qualquer iniciativa golpista.

2. A impotência do PCB ante o golpe contrarrevolucionário

A possibilidade de um Golpe Militar foi simplesmente menosprezada. A crença do PCB nas forças do Governo Goulart e no “espírito democrático das Forças Armadas” na verdade acabaram por desarmar o partido e as bases sob sua direção. Por isso, diante do Golpe de 1964, o PCB se mostrou impotente e não teve sequer a iniciativa de organizar uma contraofensiva do movimento operário, popular, camponês e estudantil à contrarrevolução burguesa diante do ascenso da luta de classes no Brasil.

O PCB era a única organização de esquerda que tinha influência na classe operária e demais explorados. O programa nacionalista e reformista do PCB não poderia levar senão à derrota e à impotência:

As ilusões reformistas estavam tão disseminadas que não apenas o PCB, mas praticamente todas as correntes progressistas acreditavam naquela via rumo ao socialismo. A partir desta ilusão de classe o Partido passou a esquecer o trabalho político no âmbito das bases operárias, privilegiando a ação junto as cúpulas e os acordos com os setores da burguesia nacional no poder. Este trabalho com as cúpulas sindicais dava ao PCB uma enorme influência sobre as principais entidades sindicais do país, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum de Debates, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que exercia influência sobre as Ligas Camponesas do Centro e Sul do país, particularmente em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esta influência se

estendia sobre a maioria dos organismos da cúpula sindical em todo o Brasil, entretanto com sérias debilidades em termos de organização e educação das massas trabalhadoras. Estavam tão arraigadas as ilusões quanto à ascensão pacífica e irresistível ao poder que, apesar de o próprio PCB ter sido arrastado por um certo radicalismo verbal, não foi tomada nenhuma medida concreta no sentido de preparar as massas e o próprio Partido para uma possível e previsível reação conservadora. Todas as experiências acumuladas pelo proletariado e pelos povos ao longo da História foram ignoradas e, internamente, o liberalismo passou a ser a tônica de muitos organismos partidários. A subestimação das forças reacionárias e as ilusões na transição pacífica passaram a ser uma verdade inquestionável para todo o Partido e seus numerosos aliados e simpatizantes (Idem, p.235-236).



Geisel e ACM: apoio das oligarquias regionais à ditadura

Para se ter uma ideia do proselitismo do PCB com relação a Goulart, em reunião do partido realizada a 22 de março de 1964, Luiz Carlos Prestes afirmou: “Se os conspiradores levantarem a cabeça, o Exército a cortará” (Idem, p.239). O resultado desse processo é que o Golpe Militar se impôs, com a movimentação de regimentos do Exército em várias regiões do país, a deposição de João Goulart, a constituição de uma Junta Militar Provisória e a organização do primeiro governo militar no país, do General Castelo Branco. O objetivo fundamental do Golpe Militar foi a centralização das frações burguesas em torno do Estado, minimizando a instabilidade política vigente no país e sufoco à ascensão da luta de classes no campo e nas cidades.

Os militares tinham notadamente receio da influência da recente Revolução Cubana (1959) na América Latina, que se refletiu, por exemplo, na vinda de Er-

nesto Che Guevara ao Brasil durante o curto governo de Jânio Quadros. Não à toa, a organização do Golpe teve o apoio direto dos Estados Unidos da América (EUA) nos campos militar, logístico e financeiro. O deslocamento de uma esquadra norte-americano perto do litoral brasileiro munido de armamento e munições foi a expressão mais cabal do apoio norte-americano ao novo governo militar.

Embora em teoria o PCB defendesse a existência de uma burguesia “progressista” capaz de realizar uma revolução democrático-burguesa, como primeira etapa da revolução brasileira, desenvolvendo econômica e politicamente o país, a fim de prepará-lo no plano da industrialização e da consolidação da democracia burguesa à segunda etapa do processo revolucionário, que seria a passagem pacífica ao socialismo, o que ocorreu na realidade foi que o Golpe Militar mostrou a completa inoperância dessa linha política e estratégica, levando o PCB a uma luta intestina em torno da política do partido diante do golpe de estado.

4. O fracasso do programa estalinista e o estilhecimento do PCB

O PCB foi, de fato, a primeira grande experiência de um partido político realizado pela classe operária e demais explorados no Brasil. Sufocado pela estalinização internacional dos partidos comunistas pela burocracia da URSS, talhado na linha política e estratégica do “socialismo em um só país”, “revolução por etapas”, “convivência pacífica com o imperialismo”, “aliança com a burguesia nacional progressista” e, ao final, abandono da revolução violenta e adoção do socialismo pela via pacífica, o PCB se mostrou desarmado frente à tarefa de constituir o programa da revolução brasileira, como parte da revolução mundial, e de forjar um partido marxista-leninista, com base no centralismo democrático, capaz de dirigir as massas trabalhadoras e demais explorados na luta pela conquista do poder pelos métodos da revolução proletária.

Não foi capaz de compreender a estrutura econômica do capitalismo semicolonial do país, o caráter combinado de sua economia e as tarefas democráticas e socialistas decorrentes desse processo histórico. Por isso, defendeu até às vésperas do Golpe Militar a caracterização de que o Brasil era um país feudal ou semifeudal, portanto, o que, no plano da estratégia significa a defesa da revolução democrático-burguesa e, da tática, as frentes populares com a burguesia nacional supostamente “progressista”, chamada a dirigir o processo revolucionário, no seio do qual o proletariado, os demais trabalhadores assalariados, o campesinato e a classe média urbana arruinada jogariam o papel de pressionar os governos e o Estado e de apoiar as iniciativas da burguesia progressista revolucionária.

O Golpe Militar de 1964 demonstrou claramente o fracasso desse programa estalinista e a justeza das críticas que, desde o final dos anos 1930, a Oposição de Esquerda trotskista fazia à estratégia e à tática do PCB estalinizado. No VI Congresso do PCB de 1967, o partido realiza uma autocrítica. Mas não no sentido de reconhecer a sua impotência diante do golpe ou de não ter preparado as massas para o combate. Na verdade, o partido chega à conclusão que tinha “radicalizado demais”:

Essa posição levou ao desânimo muitos daqueles que esperavam a retificação da orientação partidária tendo, a partir daí, iniciado um processo de fracionamento da estrutura partidária, a começar pelos setores estudantis, estendendo-se até ao Comitê Central. Afastam-se, levando consigo centenas de militantes, alguns dos dirigentes mais destacados, como Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, Jover

Telles, Apolônio de Carvalho e muitos outros (Idem, p. 240).

O resultado desse fracasso foi o acirramento das cisões no partido e a sua fragmentação em numerosas correntes políticas. A influência da Revolução Cubana e Chinesa (1949) certamente jogou um papel importante na conformação das novas organizações, que procuraram se alinhar ora a uma, ora a outra das frações burocráticas estalinistas próximas ou rompidas com o PCUS. O castro-guevarismo e o maoísmo passaram a influenciar mais abertamente essas correntes.

Entre as cisões fundamentais do PCB, poderíamos citar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), de Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. O PCdoB também não ficou imune à crise do estalinismo. Dele brotaram organizações como o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV). Inúmeras outras correntes surgiram nesse período histórico como a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista (ORM-Polop), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a fusão da organização Colina e a VPR, em VAR-Palmares e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

A situação política de repressão ao movimento operário, popular, camponês e estudantil se potenciou a partir do Ato Institucional nº 05, de dezembro de 1968. Com o enrijecimento do regime político, inúmeras organizações partiram para a luta armada contra a Ditadura Militar. Os que continuaram nas fileiras do PCB seguiram, junto com o partido, uma trajetória de impotência frente à Ditadura Militar e de adaptação cada vez maior à sociedade capitalista e às suas instituições.

Aos que resistiram ao processo de burocratização e estalinização do PCUS, do Estado Soviético, da III Internacional e dos partidos comunistas em todo o mundo e no Brasil não restava senão trabalhar pela reorganização do movimento operário, camponês e estudantil e pela construção do partido revolucionário marxista-leninista-trotskista e a reconstrução da Quarta Internacional. Única forma de superar a crise de direção política internacional e nacional aberta pelo estalinismo.



Crise entre generais: Geisel demite Frota

Resistência armada ao regime militar

PCB e PCdoB diante do golpe

É nas cisões do PCB e nas subdivisões que encontramos as raízes da maior parte das organizações que se lançaram à resistência armada ao golpe militar. A política do PCB, em seu V Congresso, em 1960, ratificou a política do XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética, de 1959, de “coexistência pacífica com o imperialismo” e de rechaço à revolução violenta. Um longo período de colaboração de classes com o nacionalismo burguês condenou o PCB a uma política contrarrevolucionária e impotente diante dos acontecimentos da luta de classes no Brasil e no mundo, a partir dos anos 60. A sua política, condicionada pela orientação estalinista do PCUS, levou à inúmeras cisões, à direita e à esquerda.

João Amazonas e outros membros da direção conduziram uma importante cisão que daria origem ao PCdoB, cuja linha mestra não estava programaticamente em oposição ao estalinismo do PCB, mas em oposição à política de “via pacífica”, aprovada no V Congresso, para enfrentar o imperialismo e os latifundiários, compreendidos como os inimigos do desenvolvimento capitalista do país. Mantinha-se a noção da revolução por etapas e a possibilidade de manter alianças com a burguesia nacional considerada “progressiva”.

De fato, o Manifesto-Programa de fevereiro de 1962 insistia na tese de que era possível um governo popular com todas as frações “patriotas”, que inclui o proletariado, o campesinato, alas da burguesia nacional e da pequena burguesia.

Por meio de “ações revolucionárias”, o PCdoB buscava desenvolver a revolução democrático-burguesa no país. Admitia combinar o trabalho legal (nos sindicatos) com a ação militar, entretanto no “Manifesto” de 62 não há uma preocupação com o conteúdo dessa ação militar, o qual viria à luz a partir da mudança da situação política com o golpe de abril de 64 quando o PCdoB, rejeitando as recentes posições do PCUS, buscará abrigo no Partido Comunista da China e nas posições de Mao Tsé Tung. Resultará dessa aproximação uma orientação para a “guerra popular”, cuja maior expressão ocorrerá com a chamada “Guerrilha do Araguaia” (na verdade, uma experiência com o foquismo de inspiração maoísta).

Com efeito, o golpe de 64 possibilitou aos dirigentes do PCdoB confirmar suas “teses” de que a via pacífica estava esgotada e era necessário por em prática as “ações revolucionárias”, expressas em 62. Embora não tenha sido diretamente influenciado pelo castro-guevarismo, as posições da luta armada já apareciam no horizonte político do país com a criação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), nascido em abril de 1962, sob a direção de Francisco Julião, que pregava a reforma agrária conquistada pelas vias legais ou armadas. João Goulart foi, antes da ditadura militar, o primeiro governo a desbaratar a luta armada, baseada na teoria do foco, aplicada no campo. A partir do golpe, da aproximação com o maoísmo e da experiência da guerrilha em outros países, o PCdoB começou a planejar suas próprias ações armadas.

Em 1966, novo documento do PCdoB traça as linhas para a defesa da luta armada, por onde passaria o “caminho revolucionário”. No documento “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”, o



Geisel se impõe e empossa Figueiredo

PCdoB critica o foquismo ao afirmar que “a revolução é obra de milhões de homens”, mas defende a luta armada que se “inicia com pequenos destacamentos armados”. Na verdade, ainda que se suponha uma dualidade de concepções em torno do processo revolucionário e, inclusive, uma negação do foquismo, o que faziam os dirigentes do PCdoB era afirmar a via foquista para alcançar a “libertação do país”.

Duas formulações precisam o conteúdo que o PCdoB dava à sua política de resistência à ditadura: “A guerra popular é o caminho para a emancipação dos povos oprimidos nas novas condições do mundo. É a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que, paulatinamente, vai se estendendo até abarcar a maioria do povo. No curso da guerra popular, as greves gerais e os levantes nos grandes centros poderão surgir. Não constituirão, no entanto, a sua característica dominante (...)”. E: “A concepção de guerra popular pressupõe intenso trabalho político entre as massas. Implica a necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de base de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal do choque armado é o interior do país e que a luta será dura e prolongada.”

Como se vê, trata-se da negação da concepção marxista da revolução e da negação do papel fundamental do proletariado no processo de conquista do poder. Adotava-se a teoria do foco (“pequenos núcleos de combatentes”) e superestimava-se o papel do campesinato (“os camponeses e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares”), negando a experiência histórica da Revolução Russa e adulterando o processo da Revolução Chinesa.

Mesmo com as derrotas sofridas, desde o início do golpe, pelo movimento estudantil, pelo movimento operário e mesmo pelos agrupamentos armados na zona urbana, o PCdoB não mudou sua orientação de 1966 e lançou-se à aventura foquista. Desde 1967, o PCdoB mantinha militantes nas selvas do Araguaia, no Pará. Depois de treinamento de um grupo de

militantes na China, três destacamentos foram formados e instalaram-se no Araguaia, em 1972. De abril de 1972 a abril de 1974, os militantes combateram nas selvas e enfrentaram a dura investida do exército brasileiro. Após cada combate, militantes foram sendo assassinados pela ditadura. Não conseguiram se enraizar entre os camponeses e expressar sua oposição ao golpe militar. Não se constituíram como uma guerrilha imersa nas massas, mas sim como “pequenos destacamentos” descolados das massas. Alguns militantes chegaram a admitir que se tratava de “focos”, mas que se transformariam em uma verdadeira guerrilha a caminho da “revolução antilatifundiária, antimonopolista e anti-imperialista”. Intento que nunca se realizou e nunca se realizaria sob a política estalinista do PCdoB.

PCR e Ala Vermelha – cisões do PCdoB

A negação do PCdoB das leis da revolução proletária condicionou sua orientação maoísta e levaram ao assassinato de muitos de seus quadros políticos. A “guerra popular” não se desenvolveu. A guerrilha no campo não se implantou. O caminho em direção à luta armada ocasionou divergências e cisões internas no PCdoB.

As cisões não tinham como base uma crítica programática à estratégia da revolução democrática-burguesa; eram, ao contrário, afirmações dessa estratégia com diferenças em torno da tática a ser desenvolvida no período. Da impotência do PCB à luta foquista do PCdoB e suas variantes, destacam-se as confusões e os erros da política estalinista, oposta ao internacionalismo proletário e adversárias dos métodos da revolução proletária.

Quanto à tática, as duas cisões que surgem diretamente do PCdoB foram o PCR e a Ala Vermelha. O PCR surge como uma nova organização que criticava a direção do PCdoB de seguir o PCCh e de ter escolhido a região do Araguaia para iniciar a “guerra prolongada do povo”. A orientação mantinha-se maoísta, entretanto denunciava-se o seguidismo em relação à burocracia do Partido Comunista da China e defendia-se a região do Nordeste como mais propícia para o “cerco das cidades pelo campo”. O provincialismo do PCR era anti-internacionalista representava uma ruptura aparelhista, não programática. Colocava que a maior contradição estava entre o imperialismo norte-americano e o “povo”, cuja maior opressão materializava-se no miserável Nordeste. Defendia a frente única com a burguesia “autenticamente nacional” a partir da “guerra popular”. Supunha a partir dessa “guerra” viabilizar a frente com a burguesia, portanto, negava, na prática, o partido como dirigente da revolução social. Aprofundava a caracterização das necessidades das etapas para a revolução. Com militantes saídos das Ligas Camponesas e oriundos do movimento estudantil, lançou-se a pequenas ações foquistas, também descoladas das massas camponesas.

A Ala Vermelha surgiu como uma fração do PCdoB quase ao mesmo tempo que o PCR. A sua expulsão ocorre em 1967, quando aparece como uma nova organização, mantendo o nome de PCdoB-Ala Vermelha. Definiu-se por seu imediatismo quanto à luta armada. Tomava a ação da direção do PCdoB como lenta diante dos acontecimentos. Formulou mais abertamente à teoria do foco e supôs que através dele iniciaria a “guerra popular”. Não rechaçava o guevarismo e ale-

gava haver uma contradição no programa do PCdoB em sua Conferência de 1966 ao querer conciliar a ação junto às massas com a necessidade premente dos focos armados. Ainda que não negasse o trabalho junto às massas, preconizava que o momento atual não permitia tal trabalho e que os focos seriam o ponto de partida para a guerrilha camponesa e urbana e, em seguida, para o movimento das massas. Mantinha em essência a ideia da revolução por etapas e a caracterização do país que tinha o PCdoB. Seus integrantes também provinham das Ligas Camponesas e do movimento estudantil, mas encontravam-se em mais estados do país que o PCR (com militantes em todo Sudeste e também em Brasília).

Outras cisões no PCB

A política impotente e considerada “revisionista” do PCB (por seguir a orientação do PCUS de 1959) vai dar origem a mais cisões. Em 1968, é criado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e, em 1969, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Em 1967, surge a Ação Libertadora Nacional (ALN), cuja expressão nacional lhe conferiu importância na luta armada do período.

A ALN esteve sob a direção de Carlos Marighella, importante dirigente do PCB nas décadas de 30 a 50. Opôs-se ao isolamento que o PCB inicialmente impôs à revolução cubana e participou da Primeira Conferência da Organização Latino-Americana (OLAS), proposta por Fidel Castro em 1967. Desde 1962, Marighella divergia da direção do PCB e se aproximava do castro-guevarismo. Sua prisão em 1964 serviu para criticar publicamente as posições do PCB e expor seu papel de conciliador com a burguesia nacional dita progressista. No entanto suas críticas não foram à raiz da orientação estalinista do PCB, por isso acreditava que até 1964 a política do partido havia sido correta, embora já não mais o fosse com o golpe militar que mudava a via para a revolução. Sem reconhecer como incorretas as caracterizações que o PCB estalinista sempre fez, deu uma guinada à esquerda em virtude do golpe militar reacionário. Alegou a partir de então que a revolução brasileira só poderia ocorrer por um caminho violento, supondo que é o caráter do governo que define as formas da revolução proletária. Com um governo militar, violento, a violência da luta fazia-se necessária.

Como outros agrupamento, a ALN considerará o campo como terreno fértil para iniciar a “insurreição armada popular”. A luta viria do campo e a partir dele se constituiria a aliança com o proletariado urbano. Como outras correntes saídas do estalinismo, a revolução só poderia ser “nacional” e “democrática” e não proletária, socialista. Preserva-se mais uma vez a estratégia e a essência do estalinismo brasileiro. A tática adotada, de luta foquista, de ida ao campo, contrariava a orientação do PCB mas, segundo Marighella, era confirmada pela experiência da revolução cubana. Observa-se, no entanto, que a ALN se concentrou nas ações urbanas.

Sob essa política, a ALN forja-se como uma organização militarista em que o debate programático é colocado em segundo plano, o que, por consequência, levava à negação do partido e de sua importância na luta de classes. Compreendem-se os focos como destacamentos de poucos homens sem vínculo com as massas. Desconhece-se que a guerrilha em Cuba e na China

foi parte da insurreição dos explorados contra o Estado burguês e seus representantes; parte da guerra civil entre explorados e exploradores.

Em um esquema abstrato, a ALN fez crer que as ações militares, as sabotagens e as expropriações seriam suficientes para as massas apoiarem a luta armada e se lançarem também em uma “guerra revolucionária”. Sem afirmar o foquismo, pois supunham estar mais bem preparados que os focos espontaneístas, a ALN adotou a tática foquista urbana durante toda sua existência. Transformou a política em um lance de tática militarista. Rechaçou o debate de ideias pela ação aberta e ininterrupta. Negou o partido como desnecessário. Apesar de ter se estruturado em vários estados, fracassou em seu intento em derrotar a ditadura como outras organizações do período.

Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop)

Paralela às organizações de tradição estalinista, surgiu no fim da década de 50, a POLOP, com o objetivo de construir um novo partido e de se orientar para construir o programa da revolução no Brasil. Esteve sob a influência do pablismo (corrente revisionista do trotskismo). Com a influência da Revolução Cubana, seguiu as pressões do castro-guevarismo e se lançou à luta armada foquista. Na realidade, aceitou-a como correspondente às condições sociais do país diante do golpe militar, como necessidade de apresentar “no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes”.

Em 1961, ocorre o Congresso de fundação da ORM, com militantes de diferentes tradições, ex-pecebistas e militantes provenientes do nacionalismo brizolista. Tratava-se de um agrupamento pequeno burguês, sem uma crítica programática ao estalinismo. Em seu programa, ORM-POLOP defendia a revolução proletária e o partido revolucionário, no entanto concluía que não havia as condições para a concretização das tarefas que levariam a POLOP a se organizar e a se soldar às massas. Parte então para a ação de pequenos grupos que expropriavam bancos, realizavam atentados e capturavam agentes da repressão, sem interferir na consciência do proletariado urbano e das massas exploradas.

Em seu IV Congresso, em 1967, divergências em torno da tática e da forma organizativa levam a cisões (Comando de Libertação Nacional – COLINA, surgida em 1968, a partir de militantes de Minas Gerais; e a Vanguarda Popular Revolucionária -VPR, também organizada em 1968 com militantes de São Paulo).

Tanto o COLINA quanto a VPR partiram desde a sua formação para a ação militar. A VPR, sob direção do capitão Carlos Lamarca, conseguiu armas e se destacou em Osasco, com um núcleo operário, mas já no início de 1969 ambas as organizações foram debilitadas pelo cerco da ditadura, o que levou a uma fusão entre as duas em julho de 1969, sob o nome de VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares), cujas ações também estavam ligadas a expropriações e a sequestros. Premida por divergências internas e pelo cerco da ditadura, a VPR se desintegra e Carlos Lamarca ingressa no MR-8, em abril de 1971. Em setembro do mesmo ano, é descoberto e executado pela repressão.



Governos militares se apoiaram mutuamente no continente; na foto, Figueredo com Videla (Argentina)

Política da ORM-Polop e de suas cisões

O programa da ORM-Polop, em seu documento “Programa Socialista para o Brasil” de 1967, continha caracterizações sobre o país que avançavam grandemente na compreensão da realidade nacional. A ideia de um país semifeudal defendida durante décadas pelo PCB era negada pela caracterização de um país capitalista, com um poderoso proletariado e dominado por diferentes frações da burguesia. O programa defendia a revolução socialista, por meio da passagem do poder da classe burguesa para a classe proletária. Continha também a noção do entrelaçamento da economia nacional com a economia mundial e das travas que significaram para o desenvolvimento do país o colonialismo e o imperialismo, concluindo que qualquer luta de caráter anti-imperialista seria também uma luta anticapitalista.

A contradição sobre a qual repousava o Programa da Polop era o de supor a necessidade de um “governo dos trabalhadores” de transição para a ditadura do proletariado. Sob outra forma, repetia-se a velha fórmula estalinista da revolução por etapas. Sob o impacto da Revolução Cubana e a transformação do caráter de suas tarefas democrático-burguesas em socialistas, os militantes da ORM-Polop fizeram crer que, de fato, tratava-se de duas etapas da revolução. A Revolução Cubana confirmava a tese da revolução permanente e não da revolução por etapas, que é a sua negação.

Segundo o documento da ORM-Polop: “O proletariado consciente e sua vanguarda revolucionária só poderão apoiar e integrar governos provisórios quando estes se apoiam na força material da classe operária e dos seus aliados no campo, aos quais juntar-se-á parte da pequena burguesia assalariada e proletarizada”. A formulação não trata do governo operário e camponês, mas de “governos provisórios”, supostamente existentes como transição para a ditadura do proletariado. Trata-se de uma invenção pequeno-burguesa que nega o caráter da revolução proletária, única possível em nossa época.

Tomando ainda a experiência da Revolução Cubana e aproximando-se das formulações maoístas acreditará na ideia de uma prolongada “guerra de guerrilha”, a começar pelo campo. Dessas elaborações à teoria do foco, há apenas um passo:



Atentado frustrado dos militares no Rio Centro

o de supor que as “vitórias contra o exército” alimentarão a confiança das massas em relação aos grupos armados. Dependente do êxito dos focos armados, está também a construção do partido revolucionário. Mais uma vez, trata-se da negação do partido enraizado nas lutas das massas.

No caso do COLINA, a rejeição ao trabalho junto às massas é elevado à teoria. A ditadura militar e sua repressão impedia que amplas camadas participassem da luta contra o regime. As forças “móveis” eram estratégicas para o desenvolvimento da resistência à ditadura. Apenas quando a ditadura estivesse enfraquecida, as massas poderiam encontrar o “exército guerrilheiro” e confluir com ele. A crítica do COLINA ao PCB é de que seu colaboracionismo com a burguesia nacional o afastou da luta pelo poder. O golpe permitiu recolocar o problema do poder e, na elaboração do COLINA, do “governo popular revolucionário”. Embora defina o proletariado como o dirigente pelo seu programa, apoia-se na luta no campo, na criação desse poder “a partir do campo”.

O documento da VPR, de 1969, parte da situação objetiva de isolamento dos grupos armados em relação às massas. Elabora a questão das “deficiências” do partido que não tem uma política militar e das “deficiências” das organizações militares distantes das massas. Defende então a tese de que o partido surgirá em uma fase avançada da guerrilha. Sem ser o embrião do novo partido, a VPR supõe auxiliar essa tarefa ao desenvolver sua tática militarista, como catalizador da revolta das massas. Trabalha por uma revolução popular e não camponesa ou proletária. Sua propaganda é das ações armadas e não do trabalho de massa. Quer recrutar militantes para sua organização de caráter militar e não político-ideológico. Quer fazer as massas verem o acerto da luta armada, da resistência armada e não das ações de massa, como as greves, passeatas e assembleias.

Por todas essas características, a VPR não considera a ação das massas independente, supervaloriza as ações armadas e quer servir de modelo para essas ações.

Conforme anteriormente dito, a VAR-Palmares nasceu da fusão do Colina e da VPR, além de grupos nacionalistas e de ex-pecevistas. Tendo surgido em 1969, foi dissolvida em 1971. O programa da VAR avança nas caracterizações contidas nos documentos da ORM-Polop. Reafirma o caráter do país, como capitalista atrasado, e que tem no proletariado urbano e rural

a força motriz da revolução socialista. Conquanto mantenha a formulação do “governo revolucionário dos trabalhadores”, compreende-a como expressão da ditadura do proletariado. Coloca a necessidade de constituição do partido revolucionário, porém não critica o método foquista. Conclui, como as outras organizações, que não está aberta a possibilidade do trabalho legal, do trabalho paciente e clandestino junto às massas. Defenderá a via da “luta armada” como a única viável na conjuntura.

Ação Popular – do cristianismo ao estalinismo

A AP teve suas raízes na Igreja Católica, a partir da década de 50. Representava a virada de setores da Igreja para os problemas sociais e para a tentativa de compatibilizar o cristianismo com o marxismo. Organizada inicialmente como Juventude Universitária Católica, com o golpe militar, a JUC afastar-se-á da Igreja colaboradora do regime e constituirá a Ação Popular. Também a partir do golpe junta-se à luta armada, influenciada pelo castro-guevarismo. Busca treinamento, mas sua ação é espontaneísta e frágil. Assume então o maoísmo e a noção de uma guerrilha apoiada nas massas camponesas que se transformará em “guerra popular prolongada”. Naturalmente essa compreensão fará a AP apoiar e se integrar ao PCdoB, a partir da experiência da “guerrilha” no Araguaia.

Os vaivéns da AP podem ser compreendidos à luz das transformações conjunturais da década de 60. Da rejeição à burocracia da ex-União Soviética ao estalinismo ortodoxo do PCdoB, houve adesão ao castro-guevarismo, ao maoísmo e à várias “concepções de socialismo”. Quando em 1971, a organização transforma-se em Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), sob orientação do maoísmo, há uma autocrítica de posições anteriores, consideradas reformistas, para adotar o estalinismo da revolução por etapas.

No Brasil, a primeira etapa seria da revolução “nacional e democrática”, sob direção do proletariado, que levaria a uma outra etapa de construção do socialismo. Essa divisão reconstituiu a revolução por etapas do PCB, com a divisão do programa mínimo (tarefas democráticas e nacionais) do programa máximo (tarefas socialistas). Apoiava as ações das massas, mas, diante da retração imposta pela ditadura, considera legítima a luta armada, que já protagonizara de 1965 a 1967. Ao adentrar no PCdoB, mantém seu programa maoísta, porque a direção deste partido já o tinha assimilado anos antes.

Apenas uma pequena ala da AP não integra o PCdoB, formando em 1969 o Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Com formulações que se opunham ao estalinismo (defesa da revolução ininterrupta – próxima das formulações de Trotsky sobre a revolução permanente), o PRT poderia ter avançado em suas formulações caso não tivesse sido contaminado pelas experiências armadas em outros países e deduzido, dessa experiência, a premência da tomada do poder pelo proletariado. A luta armada torna-se a principal tarefa dos revolucionários para conduzir as massas para a destruição do aparelho político-militar da burguesia nacional e do imperialismo. Joga-se, assim, à tática foquista quando a tarefa era organizar o trabalho de propaganda contra a ditadura e fazer um balanço crítico do estalinismo. Não havendo esse trabalho, foi dissolvida como a quase totalidade das organizações do período.

O desmonte do Regime Militar:

Abertura política e reconstituição da democracia burguesa

A Junta Militar, que assumiu o poder em 1964, mesmo sem o ser organicamente, funcionou como um partido castrense *da burguesia*, inclusive dotado de uma doutrina própria distinta das dos demais partidos habituais. O Generalato que assumiu a condução do Estado não tinha uma origem de classe burguesa. Eram antes oriundos da pequena burguesia ansiosa de fazer carreira na hierarquia oficial. A Junta Militar, que mais tarde se uniria a uma fração burguesa conservadora na formação da ARENA, gozou de uma enorme independência em relação à classe capitalista. Uma liberdade de movimentos nunca antes vista e impensável para qualquer partido burguês anterior. Em razão disto, a Junta pôde não apenas esmagar os partidos opositores (PTB) como também disciplinar a ala moderada da burguesia (UDN, PSD). Os 17 Atos Institucionais, o direito de cassação de mandatos parlamentares, a nomeação de governadores e prefeitos, o fechamento temporário do Congresso, a proibição do conjunto dos partidos burgueses, até então existentes, e sua reorganização em um sistema bipartidário (MDB e ARENA) foram se implantando, ditados pelo 'programa militar' do partido verde-oliva que se impôs à burguesia. Este foi, em linhas gerais, o quadro político em que teve montagem a ditadura militar.

A ditadura de classe da burguesia havia mudado de roupa: da democracia formal, liderada por políticos civis e empresários, desceu até o nível de uma ditadura aberta de corte militarista, sob o comando exclusivo de generais de quatro estrelas. O seu desmonte, isto é, sua passagem gradual à reconstrução da democracia burguesa, obedeceu a certos pré-requisitos objetivos e subjetivos que veremos a seguir.

Os governos militares não foram de forma alguma nem uniformes, nem homogêneos e nem desprovidos de conflitos internos. Interesses contraditórios mais ou menos violentos e mais ou menos velados no interior da caserna não permitiram a concentração de poderes nas mãos de um único ditador, a exemplo do que se verificou na ditadura chilena, argentina e paraguaia. A ditadura brasileira reveza o poder entre cinco presidentes castrenses. As frações das FFAA que comandam o aparelho estatal alternam-se por meio de seus chefes, escolhidos por eleição, sem golpes e sem conflitos armados. A heterogeneidade mais visível do Exército, porém, se evidencia na linha política geral a qual se filiavam. Os governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo¹, assim como o primeiro governo militar, de Castelo Branco, representavam o que se convencionou chamar de linha de Sorbonne²: militares

tidos como mais intelectualizados, de formação militar mais refinada e dotados de certa experiência política e administrativa. Opondo-se a esta ala cuja maior expressão era Castelo Branco e liderando a chamada 'Linha Dura', destacaram-se, para citar apenas os generais presidentes, Artur da Costa e Silva, e Emílio Garrastazu Médici. Em palavras ao menos, a ala moderada do Exército se comprometia com o restabelecimento da democracia burguesa tão logo o esmagamento dos explorados com suas organizações permitisse a estabilidade política. A linha dura ergueu, por sua vez, a bandeira de governo militar prolongado. Os atritos entre estas duas frações foram por vezes ferozes e em pelo menos uma oportunidade chegou às vésperas do conflito armado. A eleição do Ministro do Exército, Costa e Silva, em março de 1967, para a presidência da República, substituindo Castelo Branco, que terminava seu mandato, foi a primeira derrota política da ala moderada. Incapaz de fazer seu sucessor, o General cearense não obteve força suficiente para impedir a passagem do governo para as mãos da ala mais repressiva do regime. O equilíbrio de poder dentro da Junta Militar se havia alterado em favor da linha dura e assim seguiria até 1974.

Os governos Costa e Silva/Médici encontraram bons ventos econômicos internacionais do crescimento do comércio mundial para o crescimento econômico nacional. Em 1967, Antônio Delfim Neto assumia a pasta da fazenda. Seu antecessor no governo Castelo Branco, o economista liberal, Roberto Campos, havia estabilizado a economia por meio de um rígido programa de cortes de gastos públicos ao mesmo tempo que liberalizava a remessa de lucros das multinacionais. As condições fiscais estavam dadas para um amplo programa de investimentos que criaria mais de 300 estatais e asseguraria a montagem de uma infraestrutura necessária para a industrialização. A indústria pesada se implantava: siderurgia, transporte, energia, telecomunicações, mineração. Também a indústria automobilística expandiu sua produção. O crescimento econômico médio do PIB, durante o período 1967-1974, correspondente aos governos da linha dura, foi de 10% anuais. O chamado 'milagre' era complementado com a brutal repressão (SNI, DOPS, DOI-CODI, CIE, etc.) a concentração de renda³, o endividamento estatal externo e o aumento da inflação. A maior oferta de emprego e média salarial mais elevada permitiu ao governo arrastar o apoio dos explorados e isolar a fraca oposição burguesa do MDB, que perdeu 50 cadeiras no parlamento em 1970. A propaganda ufanista e nacional-militarista ganhou força total. Os agrupamentos oposicionistas, que se reivindicavam do socialismo e da revolução, haviam sido esmagados depois de se aventurarem no foco armado. A ditadura chegava ao apogeu e parecia confirmar as teses da linha dura.

1 Figueiredo, embora figurando formalmente nesta ala, é certamente uma exceção *sui generis* haja vista seu horizonte teórico tacanho, sua rudeza pessoal e sua clara inexperiência administrativa/política.

2 A referência à Castelo se devia ao fato de o ex-comandante do IV Exército ser respeitado entre outras coisas pela sua formação teórica. Estudou na França, na Escola Superior de Guerra e nos EUA na escola de guerra Fort Leavenworth. Escreveu inúmeros ensaios militares, foi doutrinador do Exército, remodelou a estrutura administrativa das forças armadas em 1955, teve papel fundamental na articulação do General Lott para a posse de Juscelino Kubistchek.

3 Entre 1960 e 1970, os 10% mais ricos aumentaram sua participação na Renda Nacional de 27,3% para 36,3% enquanto os 80% mais pobres caíam de 45,5% para 36,8%.

O MDB e a 'abertura gradual'

Uma combinação excepcional de fatores, entre os quais conta-se a decisiva ascendência do Ministro do Exército, Orlando Geisel sobre o governo Médici permitiu a indicação do castelista General *Ernesto Geisel* (ex-chefe da casa militar de Castelo Branco e ex-presidente da Petrobrás) para a presidência da República. A linha dura carecia de nomes de prestígio para a sucessão que fossem consensuais na caserna. Médici havia insistido para que o irmão mais velho de Ernesto, o General Orlando Geisel, seu braço direito no governo, fosse o candidato da Arena. A recusa do Ministro do Exército e seu empenho pessoal fizeram do irmão o nome a ser apresentado pela Arena ao colégio Eleitoral. A chapa Geisel/Adalberto Pereira dos Santos obteve 400 votos (84,04%) contra apenas 73 (15,96%) da chapa de Ulysses Guimarães/Barbosa Lima Sobrinho do MDB. A eleição indireta para Presidente da República no Congresso Nacional era rotina desde 1964. Nas eleições de Costa e Silva (em 1967), bem como na de Garrastazu Médici (em 1969), o MDB havia se absterido de votar. Em fins de 1973, todavia, abandonou a linha de denúncia das eleições viciadas no colégio eleitoral, para a disputa neste mesmo colégio eleitoral truncado. Em princípios de 1974, Ulysses Guimarães, líder da oposição e do MDB, lançou sua anticandidatura à presidência. Aos oposicionistas, pela primeira vez, foi permitido fazer campanha nas ruas. Apesar da derrota de Ulysses, o crescimento da oposição emedebista foi notável. Apenas dez meses depois, nas eleições proporcionais, ganhou 16 das 22 cadeiras em disputa para o Senado Federal (renovação de 1/3) e 165 das 364 para a Câmara de Deputados. O avanço oposicionista motivaria, em breve, o governo a baixar novas e mais draconianas regras eleitorais. O chamado **Pacote de abril**, de 1977, seria um dos últimos golpes institucionais para assegurar maioria parlamentar à Arena. O crescimento eleitoral do MDB era um indicador seguro de que o apoio de massas aos governos militares caía vertiginosamente. Gestavam-se as condições políticas para a abertura.

Pertence à Geisel o plano de *'transição lenta, gradual e segura'* para a democracia. O restabelecimento do sufrágio universal, a transferência do poder a governos civis controlados por partidos orgânicos da burguesia deveria ser a mais suave e longa possível. Nos discursos de posse, era de praxe que os generais presidentes fizessem referência à democracia. Com Geisel não foi diferente e seu governo esteve mais sensível às crescentes pressões internas e externas para a transição. Elementos da linha dura ainda ocupavam uma firme trincheira no governo, apesar de Geisel ter afastado a maioria deles. O gabinete montado pelo general gaúcho reunia o núcleo duro da linha castelista: Golbery do Couto e Silva, hábil articulador e cérebro político do governo, na Casa Civil; João Figueiredo na Casa Militar; Mario Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda (substituindo Delfim Neto que fora afastado e mandado para a França como embaixador).

Os ventos econômicos que outrora sopraram a favor da linha dura, diminuía e mudavam de direção. O primeiro choque do Petróleo, em outubro de 1973, fez o preço do barril saltar de US\$ 3,37 para US\$ 11,25. Em março de 1974, num intervalo de apenas cinco meses, o barril tinha aumentado em 400%. O boicote dos países árabes da OPEP, em protesto con-

tra o apoio norte-americano a Israel na guerra do Yom Kipur, foi o estopim para a crise econômica mundial que atingiu os países imperialistas da América à Europa. O fôlego do boom econômico, advindo do fim da Segunda Guerra, terminava. As taxas de crescimento caíam, ao passo que a taxa média de desemprego subia. Durante os anos do Governo Geisel a economia ainda se manteve aquecida, mas a taxa de crescimento diminuiria sensivelmente, apesar do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e seus mega projetos (Itaipu, Usinas de Angra, Transamazônica, etc.). A taxa média de crescimento de 6,5% do período foi menor que a média de 10% dos governos Costa e Silva/Médici.

O MDB, funcionando como uma imensa colcha de retalhos, acolhia os mais díspares setores políticos da oposição: liberais, estatistas, democratas, conservadores, socialdemocratas, estalinistas. Formado em fins de 1965, como consequência da implantação do Ato Institucional nº 2, (promulgado por Castelo Branco) recebeu de cara a quase totalidade do PTB e grande parte da UDN e PSD, antigos apoiadores do golpe contra Goulart e do primeiro governo militar. Muitas de suas eminentes personalidades como o próprio Ulysses Guimarães (presidente do partido desde 1971), haviam apoiado sem reservas o golpe contrarrevolucionário do Exército para, mais tarde, adotarem hipocritamente poses de oposição democrática. A despeito de sua heterogeneidade, o MDB se cindia cada vez mais em duas grandes correntes. Seus líderes, Tancredo Neves, Mário Covas, Franco Montoro, Amaral Peixoto, Mário Martins, Ulysses Guimarães, Barbosa Sobrinho, Pedro Simon entre outros se dividiam em torno delas. A primeira, capitaneada por Ulysses, era favorável ao aumento da pressão política e das críticas, as mais acerbadadas ao regime, visando a enfraquecê-lo. A segunda, liderada por Tancredo Neves, apostava as fichas em acordos tácitos e manobras de apoio a uma ala contra outra: a mais moderada contra a mais conservadora. Estas duas posições mais tarde se revestirão de outras formas: recorrer demagogicamente ao povo nas ruas para pressionar os militares (Ulysses) ou manter o diálogo para fortalecer a ala moderada pró-abertura e acertar compromissos para uma transição mais acelerada (Tancredo). Em 1984, as duas posições convergiram: eleições diretas para presidente (Ulysses) combinaram-se com acordo com setores dissidentes da Arena para assegurar uma maioria segura no colégio eleitoral (Tancredo).

A despeito de todas as manobras legais para assegurar uma maioria folgada do governo no Congresso, Geisel antevê o contínuo afluxo de massas ao MDB, que é traduzido em crescimento eleitoral. Salvo pela nova legislação (pacote de abril), que previa a escolha de senadores indiretamente em colégios eleitorais nos estados, a Arena conseguiu assegurar 21 das 22 cadeiras disputadas no sufrágio de 1978. As demais vagas disputadas em voto direto asseguram-lhe 15 senadores contra 8 da oposição burguesa. Nas eleições para a Câmara de Deputados, a vantagem do governo, porém, diminuiu abruptamente conseguindo apenas 228 cadeiras contra 196 da oposição.

Os números eleitorais de forma alguma correspondiam ao real equilíbrio de forças no seio da sociedade. O crescimento da oposição refletia o descontentamento das massas com a ditadura e com o elevado custo de vida. O imperialismo norte-americano tirou as conclusões de que era preciso pressionar

pela abertura, antevendo nisso o esgotamento da ditadura⁴. Existia o receio de que a demora em restabelecer a democracia formal somada à piora das condições de vida dos explorados pudesse precipitar os explorados nas ruas fugindo ao controle do MDB. Para a Casa Branca, a ditadura já havia cumprido sua função ao afogar em sangue os movimentos de massa e exterminar os agrupamentos revolucionários. E havia ido longe em sua política estatista e de ruptura do acordo militar Brasil-Estados Unidos pelo governo de Geisel que pretendia obter o domínio da energia nuclear.

Contraditoriamente, foi durante esse período que ocorreram os choques mais violentos dentro do governo, entre as frações pró-abertura e linha dura. Os políticos burgueses e empresários reacionários aglutinados na Arena dividiram-se segundo estas frações. Não ditaram o jogo. Ao contrário, foram arrastados pelas cisões internas do partido da caserna. O fim do mandato de Geisel reacendeu as expectativas dos militares antitransição de voltarem ao controle do Estado e reverterem as medidas de abertura. Afinal, foi ainda durante o comando Geisel/Golbery que se começou a planificar o desmantelamento do bipartidarismo e anistia aos presos políticos e exilados. Os conservadores e ferrenhos anticomunistas nos quartéis temiam a vingança dos perseguidos e apeados do poder, assim como daqueles atingidos pela tortura. Não depositavam nenhuma confiança em um governo de pacificação que os livrassem em definitivo de punições futuras. O regime produziu pelo menos 475⁵ mortos ou desaparecidos, banuiu, cassou direitos políticos e manteve encarcerado ou sob tortura um número incomparavelmente maior. A opinião pública burguesa e pequeno-burguesa poderia, mesmo que demagogicamente, cobrar a fatura dos 'excessos' e exigir a degola de algumas cabeças. Movida por essas expectativas, a linha dura acentuará a tortura e a matança como formas de provocação ao governo e de fomentar alguma reação social que justificasse a continuidade do estado de exceção. Controlando firmemente os órgãos de repressão, julgam que os militares 'moderados' não os conseguirão deter. A prisão e o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI do II Exército, assim como a do operário Fiel Filho serviram de *ultimatum* e desafio aberto a Geisel.

O mais proeminente nome da linha dura, o Ministro do Exército, General Sylvio Frota assegurou o apoio decisivo do General Odílio Denys, um dos articuladores do golpe de 64, do Almirante Augusto Rademaker, ex-vice presidente de Médici, e do Brigadeiro Márcio de Souza Mello, ex-ministro do go-

verno Médici. Armavam-se a operação de um golpe de Estado intermilitar. O comandante do exército se opunha ferozmente à indicação do chefe do SNI, João Figueiredo como candidato do governo. A tensão aumentou com a demissão do comandante do II Exército, o General Ednardo D'Ávila Mello, subordinado de Sylvio Frota, responsabilizado pela tortura e morte de Fiel Filho e Herzog. E chegou ao ápice com a demissão do próprio Ministro do Exército⁶. Dirigindo-se a seu Quartel General, o Forte Apache, gabinete em que despachava no setor militar urbano de Brasília, Frota tentou reunir, sem sucesso, os comandantes militares dos treze exércitos distribuídos em todo o país, para depor o presidente. Enquanto a guarda do palácio era reforçada, o governo Geisel manteve isolados os comandantes até a posse do novo Ministro, General Fernando Belfort Bethlem. Desarmado antes do ataque e desmoralizado, Frota recolhe-se à vida privada. A corrente militar da linha dura arrefeceu. Os impeditivos da abertura, do ponto de vista militar, estavam, daí por diante, destravados.

A eleição de João Figueiredo tornou-se uma questão de honra para o Planalto. Geisel/Golbery planejavam a entrega



Comício das diretas em São Paulo: início do fim da ditadura militar

do governo a um sucessor que se encarregasse da transição completa. Não a um civil, mas a um último militar com mandato estendido de um ano. Em 15 de Outubro de 1978, o Colégio eleitoral reunido em Brasília para a escolha do novo presidente confrontou de um lado o ex-chefe do SNI com o sólido apoio da máquina governamental e o candidato opositorista General Euler Bentes Monteiro, do MDB. Figueiredo obteve 355 votos contra 266 de Euler.

O lançamento de um nome militar pela oposição emedebista, ao invés de um cacique tradicional, foi sua maior fraqueza, soando como um apelo desesperado a votos de dissidentes. O montante de sufrágios, porém, quase o quádruplo de votos de Ulysses Guimarães, em 1974, fora uma enorme demonstração de força; o que indicava que a não ser no aparato militar-estatal o governo não tinha qualquer força entre as massas. Governaria suspenso em seus próprios tentáculos. Assim o fez.

Figueiredo fará o governo que deteriorara a economia nacional, outrora orgulho da caserna e, segundo o generalato, 'feito maior da obra administrativa militar'. A inflação que era de 15% ao ano em 1973 dobrou, indo a 34% em 1974. Alcançou 94% em 1979, no início do governo Figueiredo. Ela passaria ainda a 110% em 1980 e atingiria cerca de 200% em 1983. O arrocho salarial promovido pelo Ministro Delfim Neto, que voltou a assumir a pasta da Fazenda, piorou as já sacrificadas condições de vida dos trabalhadores. Entre 1964 e 1966, o sa-

4 Governo Jimmy Carter.

5 Os números são do levantamento feito pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o governo Lula. A própria secretaria admite que esse número pode ser bem maior. O livro *Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*, elaborado com apoio da própria SDH fala de pelo menos 1.196 assassinatos somente de camponeses na ditadura.

6 O diálogo entre Geisel e o Ministro do Exército, ocorrido no gabinete presidencial e confirmado por inúmeras fontes é descrito da seguinte forma: "-Frota, nós não nos entendemos mesmo. Quero que você se demita. -Não tenho a menor intenção de demitir-me! Sou o chefe do Exército! -Então você está demitido, porque o cargo me pertence! -Você não tem força para isso e eu não me demito!"

lário real perdeu 25% do seu valor. Entre 1967 e 1973 perdeu mais 15%. O segundo choque do Petróleo em 1979, decorrente da “Revolução Islâmica” no Irã, seguida da guerra Irã-Iraque promovida pelo imperialismo, fez disparar novamente os preços do petróleo. Profundamente dependente da importação do óleo cru, a economia ressentiu-se com a subida dos preços dos combustíveis e o crescimento vertiginoso o déficit na balança comercial. A dívida externa líquida alcançou um montante inédito de US\$ 100 bilhões, levando o governo a recorrer ao FMI e a aumentar a dependência do capital financeiro internacional.

As massas lançam-se às ruas: nascimento do PT e da CUT

Amargando, há muito, perdas salariais, aumento da inflação e sem qualquer liberdade sindical, os operários da Scania cruzaram os braços a 12 de maio de 1978 na porta da empresa em São Bernardo do Campo. Era o início da mais importante mobilização dos trabalhadores desde 1964. A classe operária irrompia na cena política pelas mãos dos metalúrgicos do ABC. O governo militar e a oposição burguesa, com seu costumeiro embate sobre os ritmos e os graus em que a vida política deveria voltar a normalidade constitucional, foram surpreendidos pela ação espontânea do proletariado. Embora constituísse um opositor à ditadura, o MDB fazia todo o possível para ocultar das massas o substrato material do regime, a grande propriedade privada capitalista e a exploração dos trabalhadores. As combativas greves de metalúrgicos em São Paulo mostraram objetivamente o caminho por onde se deveria derrubar a ditadura e extirpar o regime militar. A classe operária em meio à ditadura colocava em questão não apenas a abertura política, mas igualmente o regime econômico capitalista e a ditadura de classe da burguesia. Reivindicando reajustes de salários e demonstrando uma extraordinária disposição em resistir à pressão conjunta dos patrões e do governo, o Sindicato dos Metalúrgicos, dirigidos por Lula, se transformaria na principal referência de luta dos explorados que entrava em choque aberto com a ditadura. Os operários do ABC paralisaram a produção e ignoraram a lei de proibição das greves. A paralisação da Scania terminou vitoriosa. A ditadura, abismada com as ações grevistas e em franco descenso político, evitou intervir diretamente; não utilizou seu aparato para reprimir o nascente movimento. Quase um ano depois, em abril de 1979, o governo, diante de novo desafio lançado pelos operários, resolveu agir diferente. Optou pela força para esmagar o movimento. À zero hora do dia 13, os metalúrgicos deflagraram uma nova greve. Na Volkswagen, 10 mil operários cruzaram os braços na entrada da empresa atendendo ao apelo do comitê de greve. A ditadura cercou a sede do sindicato, que passou a atuar na clandestinidade, e isolou as fábricas. A operação não conseguiu quebrar o movimento que, aos olhos das massas de todo o país, transformara-se num símbolo de resistência. Um ano depois, em abril de 1980, nova e espetacular greve, que seguiu forte mesmo com a prisão das lideranças, entre as quais contava-se Lula, transformou-se no sinal há muito esperado para a retomada geral dos movimentos por todo o país. Em São Bernardo, os operários decretaram a greve geral, com assembleias monumentais no ginásio da Vila Euclides. Em todo o país, as massas acompanharam o desenrolar do conflito. Comitês de

apoio aos grevistas formaram-se no Rio, em Minas, Rio grande do Sul. Pelas ruas da cidade, imponentes manifestações de 100 mil pessoas exigiam liberdades aos presos e atendimento das reivindicações.

O vigoroso levante da classe operária sacode o país. Sua vanguarda, desgraçadamente mergulhada no empirismo e sem vínculos com o marxismo-leninismo-trotskismo, dará origem, em 1979, a um partido de reformas do capitalismo, o Partido dos Trabalhadores (PT). Alguns anos depois, como resultado da reorganização geral dos explorados na cidade e no campo em todo o país, nascerá a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Os líderes operários emergem como dirigentes nacionais do proletariado e inspiram a reorganização de movimentos sindicais por toda parte. O inegável apoio de massas que recebem não seria usado para assegurar a independência de classe dos explorados diante da política burguesa de abertura negociada. Não travariam a luta contra a ditadura sobre a base do programa marxista revolucionário que exigisse a expropriação da burguesia. A reivindicação geral de liberdades democráticas aparecia desvinculada da luta pela derrubada do capitalismo. Embora conservando certa autonomia, o PT participará da luta pelo fim da ditadura em estreita união com o MDB e partidos burgueses recém fundados e, desde já, empenhados em manter as massas nos trilhos de democracia burguesa (regime político que expressa a ditadura de classe da burguesia por meios constitucionais). O reformismo cristalizava-se e, dessa forma, deslizava para o campo da colaboração de classes. Não apenas tornou-se um aríete consciente da oposição burguesa, contra o desgastado governo do General Figueiredo (usando as massas como espantalho da ditadura), mas retomou a velha tese da reforma do capitalismo, da democratização do Estado e a acalantar o sonho de chegada ao poder pela via eleitoral com formação de um governo democrático-popular. Dessa forma, o PT nascia assegurando sua fidelidade à democracia burguesa, alimentando as ilusões eleitorais nas massas e prometendo à oposição emedebista canalizar o apoio das ruas para a mudança exclusiva do sistema político. O PT liquidou, dessa maneira, qualquer possibilidade de ação independência da classe operária nos acontecimentos seguintes.

Fim do bipartidarismo, “Diretas Já” e vitória de Tancredo

O Presidente João Figueiredo promulgou a lei de Anistia (Lei nº 6.683) em agosto de 1979. Apresentada orgulhosamente como ‘ampla, geral e irrestrita’ permitiu formalmente a libertação de presos políticos, a volta de exilados e a revogação de cassações. Mas, na prática, serviu para livrar a casta militar de qualquer possibilidade de punição pelos crimes bárbaros de sequestro, tortura e assassinato. Em dezembro do mesmo ano, o esperado fim do bi-partidarismo foi sancionado. A Arena converteu-se logo no PDS, o Partido Democrático Social, aglutinando os antigos oligarcas arenistas (ACM, Sarney), velhos interventores estaduais (Aureliano Chaves) e políticos empresariais (Maluf). O MDB atravessou sua esperada fragmentação. Mesmo com a fundação do potente PMDB, decompôs-se em PDT (Partido Democrático Trabalhista, de Leonel Brizola); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, de Ivete Vargas) e no tem-

porário PP (Partido Popular, de Tancredo Neves) que logo voltaria ao PMDB.

As eleições para governadores de estado, marcadas para 15 de novembro de 1982, seriam as primeiras com voto direto e secreto desde o início dos anos 1960. Mesmo contando com o voto vinculado (o eleitor era obrigado a votar em candidatos do mesmo partido, sob pena de ter o voto anulado) e a antiga legislação eleitoral militarista, favorável ao governo, serviu de termômetro para se sentir o equilíbrio de forças entre o aparato da ditadura e nova oposição dividida. O partido do governo (PDS) disputaria com os quatro partidos da oposição (PMDB, PDT, PTB, PT) um eleitorado de aproximadamente 60 milhões de pessoas. O PDS elegeu treze governadores, incluindo todos os da região Nordeste. O PMDB saiu fortalecido com nove governadores entre eles o de São Paulo (Franco Montoro) e Minas (Tancredo Neves); no Rio, o PDT de Brizola triunfara. Os três mais importantes estados da federação estavam agora controlados pela oposição burguesa. Na Câmara de Deputados, o PDS fez 235 deputados federais, a maior bancada. Mas, pela primeira vez, estava em número inferior à soma total dos acen-



Tancredo se elege em aliança do PMDB com o PFL, cisão do PDS da ditadura militar; seu vice: José Sarney

tos dos partidos oposicionistas que era de 244. O PMDB fez, sozinho, 200 deputados federais; o PDT 23; o PTB 13 e o PT 8 deputados. No Senado Federal, o PMDB ocupou nove cadeiras. A força da máquina federal determinou uma boa arregimentação de votos para o PDS, porém as fricções internas ao regime aumentaram e o PDS caminhou, aceleradamente, para uma visível cisão.

Em meio à posse de novos governadores e ao renascimento dos movimentos sociais por todo o país, a oposição burguesa passou a encampar a bandeira de eleições diretas para presidente⁷. O movimento ***Diretas Já!*** foi acompanhado da apresentação de uma proposta de emenda constitucional, intitulada *Dante de Oliveira*. Serviu de mote para o início de vários comícios que se espalharam pelo país. A pequena burguesia, os trabalhadores urbanos, a juventude, os pobres do campo, os intelectuais, foram tomados pela propaganda democrática. Multidões saíram às ruas para exigir o sufrágio universal direto e secreto. As manifestações de massa, que arrastaram milhões aos atos políticos, mostravam o potencial de luta que despertava com o fim da ditadura e, a princípio, assustaram os próprios iniciadores do movimento. Em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, mais de 1,5 milhão de pessoas compareceram ao ato realizado no dia 25 de janeiro de 1984. O imprevisível movimento tomava grandes dimensões. Haveria a possibilidade do ímpeto de mobilização se transformar em Greve Geral pela derrubada da ditadura? E se viesse a ocorrer, que consequências traria o choque frontal das massas com o governo? Repressão sangrenta e endurecimento da Ditadura? Derrubada do Governo e desenvolvimento de uma crise revolucionária? Os líderes da oposição não podiam sequer admitir a hipótese. Com a ajuda fundamental do PT,

⁷ A ideia teria sido lançada pelo então senador peemedebista Teotônio Vilela ainda em 1983.

não tiveram dificuldades em dotar as ações de massas de um caráter cívico, pacífico e ordeiro. E não encontraram barreiras para isso pela ausência de um partido operário revolucionário. Trataram logo de pôr todas as expectativas na aprovação da emenda. Que as massas não ultrapassassem o jogo da pressão parlamentar!

Mesmo domesticado, o movimento das ***Diretas Já*** expressava o isolamento final da ditadura. O tiro de misericórdia contra o regime militar, a partir do qual não ousaria se restabelecer. Qualquer tentativa golpista de um setor das forças armadas em estancar a transição e manter um governo castrense (como foi o caso do Riocentro) seria quixotesca⁸. A maior parte da tropa e inclusive do oficialato estava convencido de que o sistema político burguês deveria ser restabelecido o quanto antes e apoiavam a transição.

O fracasso da oposição e a derrota parlamentar da Emenda das Diretas não significava resistência dos militares em postergar a transição, mas antes o último esforço para manter o poder, ainda que em mãos civis, com o continuísmo, isto é, o PDS. Por outro lado, o esforço do PMDB pelas “Diretas” não

era completamente altruísta como tentavam vender seus idealizadores. A participação mais ou menos engajada de seus distintos agrupamentos internos, vai evidenciar uma disputa pela liderança na abertura e inclusive pela indicação oficial do partido à disputa presidencial. O setor mais fortemente engajado, dentro do PMDB, no fundo, atendia a aspirações pessoais do líder incontestado da legenda, o político do velho PSD Ulysses Guimarães. Seria ele o maior beneficiário de uma vitória da Emenda Dante. Em caso de eleições presidenciais democráticas, Ulysses seria o candidato natural do partido. Era o político burguês que mais vociferara

contra a ditadura em seu longo trajeto de atuação parlamentar; o anticandidato de 1974 que denunciava, nas ruas, a fraude das eleições num colégio eleitoral biônico; o porta-voz conhecido e autorizado da oposição sufocada; o veterano entre seus pares burgueses liberais. O Governador de Minas, Tancredo Neves, um exímio conhecedor dos meandros da política burguesa, (ministro de Jango em 1964, primeiro-ministro no golpe parlamentarista, deputado, senador, governador, líder oposicionista) reconhecia, por sua vez, que, em se tratando de uma disputa presidencial, não teria chances, dentro do PMDB, de conquistar a indicação contra Ulysses. Apostava, portanto, discretamente as suas fichas na disputa dentro do Colégio Eleitoral. Sua imagem de conciliador e mediador, contrastando com a de um Ulysses esbravejante contra os generais, o tornava mais apto a receber o apoio de uma ala dissidente do PDS, que ele já vislumbrara e com ela negociava, e que era fundamental para a vitória, uma vez que o próprio PMDB e outras legendas opositoras não teriam maioria no colégio eleitoral.

A fragmentação do PDS chegava a um nível tão acentuado que o presidente da legenda, José Sarney, não encontrou outra solução senão a convocação de prévias eleitorais do PDS,

⁸ Isto é, seria minoritário e provocaria a cisão no Exército.

para decidir a escolha do nome a ser indicado à Presidência. A ferrenha oposição de Paulo Maluf, que temia ser isolado e perder a indicação, acabou não apenas por inviabilizar as prévias como por selar de vez o destino do PDS. Sarney, Aureliano Chaves, Marco Maciel e mais tarde Jorge Bornhausen, ante um impotente Figueiredo, romperiam com o partido para encabeçar a criação de uma nova legenda, o Partido da Frente Liberal (PFL). A cisão do PDS e o apoio de todos os governadores da oposição ao nome de Tancredo Neves criavam as condições para a vitória do governador mineiro no colégio eleitoral. Condições estas que foram confirmadas pela derrota do Ministro do Interior de Figueiredo, Mario Andreazza, na disputa interna do PDS, para Paulo Maluf. Os governadores do Nordeste, políticos mudancistas, todos eleitos pelo PDS, eram resistentes a Maluf e simpáticos a Andreazza. Com este fora da parada, acertaram, depois de algumas negociações, o apoio a Tancredo. O governador de Minas ainda conseguiu um último e decisivo apoio: o do ex-presidente Ernesto Geisel, fundamental para quebrar a resistência dos indecisos pedesistas e acalmar a caserna. A delicada costura política do grupo de Sarney e Antônio Carlos Magalhães com o PMDB redundou na definição da chapa a ser apresentada ao colégio eleitoral em 15 de janeiro de 1985: José Sarney se filiaria ao PMDB para sair como Vice na chapa que teria Tancredo Neves como candidato a presidente.

A vitória de Tancredo deu-se com 480 votos a seu favor, 180 para Paulo Maluf e 26 abstenções. A transição *lenta, gradual e segura* dos militares estava, enfim, completada e coincidia

inteiramente com a dos partidos burgueses que se colocavam no campo da oposição. Os exploradores trocavam novamente a roupagem estatal mantendo intactos os fundamentos econômicos da sua dominação, em nenhum momento ameaçada. As massas, que suportaram os anos de ditadura e depois estiveram nas ruas, foram arrastadas por trás deste ao partido democratizante, incluindo o PT pró-burguês, para uma saída institucional que entregasse o poder aos seus novos algozes ‘democráticos’.

Os mortos, os desaparecidos, os perseguidos políticos que lutaram sob a bandeira do socialismo, ainda que dotados da tática equivocada do foco armado, assim como os camponeses sem terra, os operários conscientes, a juventude pequeno-burguesa aguerrida que lutaram com vigor pela organização de sua classe e por uma transformação social profunda, e que foram o verdadeiro alvo da ditadura, despertando nela o ódio mais furioso e implacável, foram esquecidos. Políticos da burguesia, que jamais foram perseguidos carregou os louros da vitória contra a ditadura militar e inebria a consciência das massas, ainda hoje, com o canto de sereia da redemocratização. O proletariado que vingará o sangue dos verdadeiros mártires derramado nos anos de chumbo, com a insurreição armada, precisa extrair, nestes cinquenta anos de golpe militar, as devidas lições dos acontecimentos: libertar as massas da influência nefasta da política da burguesia, denunciar o reformismo impostor e inconsequente e construir seu próprio partido revolucionário, seção brasileira da IV Internacional.

O golpe militar do Brasil Obra do imperialismo ianque

11 de abril de 1964 – Guillermo Lora

Um levante militar colocou ponto final ao governo de Goulart, que somente a propaganda tendenciosa pode apresentar como um arquétipo do comunismo. As reformas que o dito presidente pretendia executar não podiam de forma alguma ofender o Departamento do Estado ou o Pentágono, pois eram tão moderadas que até mesmo o Vaticano recomendou sua aplicação.

Foi a política internacional (neutralidade militante diante dos planos militaristas dos ianques) que obrigou o imperialismo a agir. Goulart sonhava encarnar na América o papel que jogou De Gaulle na Europa. O colosso brasileiro devia, segundo as ambições do Presidente deposto, se colocar por cima das instruções do Departamento de Estado e jogar livremente com o bloco soviético. Esse foi o pecado de Goulart e por isso caiu.

A vítima do militarismo reacionário disse no exílio que seu desejo não era outro senão conter a avalanche comunista por meio de reformas moderadas. Apesar de tudo, a orientação que imprimiu em sua política internacional era progressista (se se tem em conta que não era um governo operário) e merecia o apoio dos setores progressistas e das organizações trabalhistas.

O presidente dos Estados Unidos se apressou em felicitar os conspiradores que estão empenhados em apresentar como legal e constitucional um autêntico golpe de Estado. Alega-se que o vice presidente passou a ocupar a presidência devido à ausência do titular. A realidade é que os militares “ausen-

taram” Goulart. O absurdo emitido pelo porta-voz do imperialismo colocou às claras a verdadeira natureza do levante brasileiro.

A operação militar contou com o apoio ativo dos setores reacionários do país, particularmente dos social cristãos. Não se trata de uma particularidade do Brasil, mas de um traço diferencial da política do Continente. Em todos os países, os social cristãos, que gostam de falar de reformas e de sua adesão ao movimento operário, estão rodeados pelos planos do imperialismo. No Chile, são os ianques que estão lavrando a vitória eleitoral do social cristão Frei, a fim de conter o ascenso revolucionário das massas.

O golpe militar prejudicará seriamente o Brasil e favorecerá o imperialismo e a reação oligárquica. Os empresários e os latifundiários estão utilizando a derrota de Goulart para realizar uma verdadeira sangria nas fileiras populares. São centenas e centenas de pessoas que estão nas prisões sob a pecha de serem comunistas.

O que ocorreu no Brasil pode facilmente repetir-se em nosso país. As forças militares comodamente varreram o popular e pujante Goulart. A operação pode repetir-se sensivelmente contra o decrépito Paz Estensoro.

*Jornal Masas, nº 240, La Paz, 11 de abril de 1964
Extraído das Obras Completas de Guillermo Lora,
vol. XV, pág.26*